

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-
GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM DOCÊNCIA NA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Porto Velho, Rondônia
Setembro, 2024

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro de Estado da Educação

Camilo Sobreira de Santana

Secretária-Executiva

Izolda Cela

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

Getúlio Marques Ferreira

Diretora de Políticas e Regulação da Educação Profissional e Tecnológica

Patrícia Barcelos

**Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação da Educação
Profissional e Tecnológica**

Marcilene Garcia de Souza

**Coordenadora da Política Nacional de Formação de Profissionais para a EPT e do
Curso de Pós-Graduação (*lato sensu*) em Docência na EPT**

Simone Medeiros

Equipe Técnica da CGPA

Flávia Helena Saraiva Xerez

Luciano Barbosa Chagas

Simone Medeiros

Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Denise Pires de Carvalho

Diretora de Educação a Distância

Suzana dos Santos Gomes

Coordenação–Geral de Articulação de Programas e Cursos EaD

Luiz Alberto Rocha de Lira

Coordenação de Articulação de Programas e Cursos EaD

Joana Paula Alves da Silva Noia de Sousa

Coordenação de Programas, Cursos e Monitoramento em EaD

Carlos Estevam Marcolini Rezende

Coordenação–Geral de Apoio Financeiro a Programas e Cursos EaD

Bruno Teles Nunes

Coordenação de Execução e Acompanhamento Financeiro

Rogério de Sousa Oliveira

Coordenação de Concessão e Monitoramento de Bolsas

Cid Luiz Carvalho de Medeiros

Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica

Ana Lúcia Sarmiento Henrique

Lucília Regina de Souza Machado

Ronaldo Marcos de Lima Araujo

Coordenadores/as do Projeto Recursos Educacionais Digitais para Formação Profissional e Tecnológica na Contemporaneidade do Prosa/Lantec/UFSC

Marcelo Gules Borges

Elizandro Maurício Brick

Cristiane Dall' Cortivo Lebler

Coordenadora de Educação Profissional e Tecnológica

Lucília Regina de Souza Machado

Colaboradora da SETEC/MEC

Simone Medeiros

Colaboradores/as do Prosa/Lantec/UFSC

Cristiane Dall' Cortivo Lebler

Diego França Vieira

Elizandro Maurício Brick

Francisco Fernandes Soares Neto

Jorge Lucas Simões Minella

Laura Alves

Leandro Peres de Oliveira

Marcelo Gules Borges

Valquíria Machado Cardoso Weiss

Elaboração da Versão de Implementação do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) pela Comissão instituída pela Portaria nº 100/PVZN – CGAB/IFRO, de 04 de abril de 2024, atualizada em 03 de julho de 2024.

Márcia de Fátima Barbosa Corrêa

Telma Fortes Medeiros

Maranei Rohers Penha

Ilma Paula Carvalho da Silva

Márcia Mendes de Lima

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	6
1.1	IDENTIFICAÇÃO	7
1.1.1	Dados da Instituição	7
1.1.2	Identificação do curso e da Unidade de Ensino	7
1.2	Referenciais políticos e legais	8
1.3	Definição de vagas, formas de ingresso e processo seletivo	11
1.4	Desligamento e reingresso no curso	12
1.5	Certificação	13
1.5.1	Certificação de Conclusão de Curso	13
1.5.1	Certificação de Aperfeiçoamento	13
2	CONTEXTUALIZAÇÃO	13
2.1	Histórico do <i>campus</i> Porto Velho Zona Norte	15
3	PARTICIPANTES	18
4	OBJETIVOS	18
4.1	Objetivo geral	18
4.2	Objetivos específicos	19
5	PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO	19
6	JUSTIFICATIVAS	21
7	ORGANIZAÇÃO DO CURSO	25
7.1	Princípios pedagógicos	25
7.2	Organização curricular	28
7.3	Matriz curricular: unidades temáticas, ementas e bibliografias	30
8	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	55
8.1	Sobre o plano de formação e o relatório de formação	58
8.2	Orientações procedimentais	60
9	PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS	62
9.1	Orientações práticas aos docentes	64
9.2	Atendimento aos estudantes e orientação	65
9.3	Acompanhamento dos docentes	65
9.4	Materiais didáticos	66
9.5	Acompanhamento e avaliação da aprendizagem	67
10	INFRAESTRUTURA	69

10.1	Infraestrutura digital.....	69
10.2	Infraestrutura física	69
11	AVALIAÇÃO DO CURSO.....	72
12	EQUIPE RESPONSÁVEL.....	73
12.1	Coordenação de Curso	73
12.2	Coordenação de Registro Acadêmico.....	74
12.3	Corpo docente	74
12.4	Formação de formadores e equipes locais.....	77
12.5	Colegiado.....	77
	REFERÊNCIAS	79

1 APRESENTAÇÃO

O presente documento constitui-se do projeto pedagógico do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), na modalidade de educação a distância (EaD), incluído na área de Educação, código 70800006, e na subárea Ensino Profissionalizante, código 70807078, da tabela de áreas de conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Este documento tem a intenção de subsidiar as instituições de ensino que integram simultaneamente a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB/CAPES) na elaboração de seus Projetos Pedagógicos de Curso, os quais deverão ser tramitados nas respectivas instâncias dessas instituições, para aprovação e implementação subsequente, de acordo com o que prevê o Edital CAPES nº 25 de 20 de setembro de 2023, atualizado em 6 de dezembro do mesmo ano. No âmbito desse edital, o curso contou com 8.450 vagas distribuídas em 40 instituições que manifestaram interesse em participar dessa nova oferta, com previsão de início a partir de setembro de 2024.

O Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, em sua nova edição, integra a Política Nacional de Formação de Profissionais para a EPT (Brasil, 2024), em consonância com o Decreto nº 8.752/2016, que instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica, e em atendimento à meta 15 do Plano Nacional de Educação 2014-2024. Além disso, a oferta do curso responde ao que estabelece a Resolução CNE/CEB nº 6/2012, que assegura aos/às professores/as graduados/as, não licenciados/as um efetivo exercício na profissão docente, e àqueles/as aprovados/as em concurso público, o direito à formação pedagógica, excepcionalmente, por intermédio de Curso de Pós-Graduação *lato sensu* de caráter pedagógico.

1.1 IDENTIFICAÇÃO

1.1.1 Dados da Instituição

UA Responsável	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) Endereço: Av. Lauro Sodré, 6500 – Censipam – Aeroporto, CEP: 76803-260 Telefone: (69) 2182-9600 Fax: (69) 2182-9600 Cidade: Porto Velho Estado: Rondônia Página institucional na internet: https://www.ifro.edu.br/ E-mail: reitoria@ifro.edu.br
-----------------------	---

Reitor: Dr. Moisés José Rosa Souza

Pró-Reitor de Ensino: Me. Jean Peixoto Campos

Pró-Reitora de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação: Dr^a. Xênia de Castro Barbosa

Pró-Reitora de Extensão: M^a. Marcela Regina Stein dos Santos

Pró-Reitor de Administração e Planejamento: Me. Elisandro de Moura Martins

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Dr. Mauro Henrique Miranda de Alcântara

Diretor de Educação a Distância: Me. Saulo de Souza Macedo

1.1.2 Identificação do curso e da Unidade de Ensino

Nome do Curso	Curso de Pós-Graduação <i>lato sensu</i> em Docência na Educação Profissional e Tecnológica
Código/Área de Conhecimento	7.08.00.00-6 – Educação 7.08.07.07-8 – Ensino Profissionalizante
UE Responsável	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) – <i>Campus</i> Porto Velho Zona Norte CNPJ: 10.817.343/0007-92 Endereço: Avenida Governador Jorge Teixeira, 3.146, Setor Industrial. CEP: 76.821-002 Telefone: (69) 2182-3801 Página institucional na internet: https://www.ifro.edu.br/ E-mail: campusportovelhozonanorte@ifro.edu.br Código da IES no INEP: 11107812 Representante legal: Jeferson Cardoso da Silva

	Resolução de aprovação: Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008				
Carga Horária Total	360h	Duração (Meses)	18 meses	Nº vagas	200
Modalidade	Educação a distância				
Título a ser conferido	Especialista em Docência na Educação Profissional e Tecnológica				
Sistema de organização	Núcleo Comum, Núcleo Específico e TCC. Subdivisão em módulos e unidades temáticas.				
Instituições parceiras	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC/MEC; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES				
Participantes	Profissionais portadores de diploma de graduação em qualquer área do conhecimento, obtido em instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC), sendo preferencialmente licenciados/as, bacharéis/as e/ou tecnólogos/as que atuam ou pretendem atuar na EPT, com destaque para o magistério nos cursos técnicos de nível médio das redes públicas de Educação Profissional e Tecnológica.				
Início da oferta	Outubro de 2024				

1.2 Referenciais políticos e legais

A oferta do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica segue a legislação em vigor no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), e as instituições participantes da oferta, certificadoras do curso, devem integrar simultaneamente a UAB e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Para a oferta do curso, são utilizados os polos de apoio presencial da UAB, cujas equipes são constituídas de acordo com a Portaria nº 102/2019, que

regulamentou a Portaria nº 183/2016; a Instrução Normativa nº 2/2017; dentre outras.

Além disso, a presente proposta de Curso está em conformidade com as orientações políticas e com a legislação que regulamenta a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* no Brasil, em particular as citadas abaixo:

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016, que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.
- Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância, de agosto de 2007, que define princípios, diretrizes e critérios para as instituições que oferecem cursos na modalidade de educação a distância;
- Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o Art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.
- Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* também denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior.
- Resolução CNE/CES nº 4, de 11 de dezembro de 2018, que altera o inciso I do artigo 2º da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* também denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior.
- Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

- Resolução nº 4, de 16 de julho de 2021, que altera o artigo 11 da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* também denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior.

Ademais a proposta atende as normativas do IFRO para oferta de cursos na modalidade a distância, estabelecidas nos documentos de diretrizes e orientações a seguir:

- Portaria nº 71/REIT - CGAB/IFRO, de 09 de janeiro de 2020 - Estabelece diretrizes e procedimentos para a oferta de cursos EaD com recursos institucionais no âmbito dos *campi* e polos vinculados ao IFRO.
- Resolução nº 28/REIT - CONSUP/IFRO, de 15 de maio de 2020 - Altera o Regulamento de Concessão de Bolsas de apoio a Programas de EaD no âmbito do IFRO.
- Resolução nº 22/REIT - CONSUP/IFRO, DE 09 DE JULHO DE 2021 - Credenciamento/Recredenciamento e manutenção de Polos de Apoio Presencial na Educação a Distância do IFRO.
- Instrução Normativa 01/2022/REIT - CGAB/REIT - Estabelece as instruções, a forma de ingresso e os parâmetros atinentes aos Coordenadores dos Polos em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO).
- Instrução Normativa nº 3/2021/REIT - CGAB/REIT - Regulamenta as normas e os procedimentos de utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem Institucional do IFRO no âmbito das políticas de Ensino, Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, Extensão e Gestão de Pessoas.

As ações relativas à EaD do IFRO foram ampliadas por meio de convênios com municípios e estado, permitindo o fortalecimento do apoio financeiro às unidades ofertantes e ainda recebimento de recursos externos, entre eles, do Programa Universidade Aberta do Brasil-UAB. Diante disso, é importante destacar as ações propostas no PDI (2023-2027). Dentre elas, destacamos:

- Promover um modelo de institucionalização da educação a distância que considere, prioritariamente, as demandas locais e as capacidades dos *campi* em atendê-las, dentro do seu respectivo eixo tecnológico de atuação;
- Fomentar continuamente a capacitação em educação digital voltada a servidores, visando o aprimoramento de uso e aplicação dos recursos e ferramentas virtuais atrelada a uma aderente intencionalidade pedagógica;
- Compatibilizar a oferta da modalidade a distância com o eixo tecnológico e o quadro de servidores das unidades, de acordo com o modelo de *campus* vigente;
- Dotar as unidades com infraestrutura mínima adequada a produção de conteúdo didático audiovisual para o ensino à distância;
- Alinhar as diretrizes pedagógicas que recaem sobre a oferta dos percentuais a distância de carga horária de cursos presenciais;
- Avaliar a eficiência acadêmica e o impacto local e regional das ofertas na modalidade exclusivamente EaD;
- Formular estratégias de aproveitamento da infraestrutura tecnológica à disposição do instituto, para ações institucionais de promoção da modalidade EaD (PDI/IFRO, 2024).

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/IFRO) 2023–2027 prevê a oferta de várias Pós-Graduações *Lato Sensu* na modalidade EaD, estas incluem Docência na Educação Profissional e Tecnológica, com 200 vagas disponíveis durante o período de 2024.

Para a área, os cursos de Pós-Graduação Gestão na Educação Profissional e Tecnológica e a Pós-Graduação Educação a distância na Educação Profissional e Tecnológica estão programadas vagas em 2025.

O curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Educação a Distância prevê vagas disponíveis em 2025 e por fim, a especialização em Gestão de Instituições Públicas contará com vagas em 2026 (PDI/IFRO, 2024).

1.3 Definição de vagas, formas de ingresso e processo seletivo

O processo seletivo deve ser público, em consonância com a legislação em vigor no âmbito do que determina a Universidade Aberta do Brasil (UAB/CAPES), e deve considerar o quantitativo de vagas acordado com a SETEC/MEC e UAB/CAPES, no contexto do Edital CAPES nº 25/2023.

O ingresso de candidatos/as deve considerar as normas internas das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

(RFEPCT), bem como a legislação brasileira vigente expressa neste PPC. Importante destacar que os/as candidatos/as ao ingresso no Curso devem atuar no estado ao qual a instituição de ensino está vinculada.

- Quantitativo de vagas: 200
- Formas de ingresso: As formas de ingresso serão estabelecidas por meio de Processo Seletivo com edital unificado.

1.4 Desligamento e reingresso no curso

Quanto a possibilidade de desligamento dos/as acadêmicos/as dos cursos de pós-graduação em docência na EPT será considerada o disposto na Resolução nº 17/REIT – CONSUP/IFRO, DE 26 DE MARÇO DE 2018:

Abandono do curso, caso não ocorra a renovação ou trancamento de matrícula no prazo estabelecido no calendário acadêmico. No caso de abandono, o aluno/a deverá se submeter a um novo processo seletivo.

Cancelamento de matrícula, caso ocorra a apresentação de documentos falsos ou falsificados para matrícula; o/a ingressante faltar consecutivamente nos primeiros 15 dias, sem justificativa; em caso de falecimento; por solicitação do aluno ou do seu representante legal, com apresentação de declaração de desistência do curso, na Coordenação de Registros Acadêmicos.

O/a acadêmico/a que não concluir o curso na sua primeira oferta pode reingressar submetendo-se ao Edital de seleção e solicitando o aproveitamento de estudos, conforme a Resolução REIT CONSUP/IFRO nº 17/2018.

Em nenhuma hipótese será concedido aproveitamento de estudos, para atividades acadêmicas específicas, tais como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Compete à Coordenação de Curso, com o apoio da Coordenação de Pós-graduação, verificar se existe a possibilidade de aproveitamento e a emissão de deferimento ou não.

1.5 Certificação

1.5.1 Certificação de Conclusão de Curso

Após o cumprimento integral da matriz curricular que compõe o curso e da apresentação do TCC, integralizada no prazo máximo estabelecido para o neste PPC, o aluno fará jus ao título de Especialista em Docência na Educação Profissional e Tecnológica.

O certificado será emitido pelo Instituto Federal de Rondônia, conforme Resolução nº 31/REIT – CONSUP/IFRO, de 17 de dezembro de 2021, e de acordo com o Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu do IFRO.

1.5.1 Certificação de Aperfeiçoamento

Aos alunos que não concluírem o curso, mas cumprirem o mínimo de 180 horas da carga horária total do curso será concedido o certificado de Aperfeiçoamento em Docência na Educação Profissional e Tecnológica.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), foi criado por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que reorganizou a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica composta pelas escolas técnicas, agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), transformando-os em trinta e oito Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia distribuídos em todo o território nacional.

É uma instituição que faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, centenária, que surgiu como resultado da integração da Escola Técnica Federal de Rondônia, à época com previsão de implantação de

unidades em Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes e Vilhena e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste.

O IFRO é detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparado às universidades federais. É uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi.

Especializa-se em oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino para os diversos setores da economia, na realização de pesquisa e no desenvolvimento de novos produtos e serviços, com estreita articulação com os setores produtivos e com a sociedade, dispondo mecanismos para educação continuada.

Dentre os principais marcos históricos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia encontram-se:

1993: Criação da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste e das Escolas Técnicas Federais de Porto Velho e Rolim de Moura por meio da Lei nº 8.670, de 30/6/1993. Apenas a Escola Agrotécnica foi implantada;

2007: Conversão da Escola Técnica Federal de Porto Velho em Escola Técnica Federal de Rondônia por meio da Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007;

2008: Criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), por meio do artigo 5º, inciso XXXII, da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que integrou em uma única instituição a Escola Técnica Federal de 5/92 Rondônia e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste;

2009: Início das aulas e dos processos de expansão da rede do IFRO;

2010: Implantação do *Campus* Porto Velho e início de suas atividades. O *Campus* passou a denominar-se Porto Velho Calama no ano de 2011;

2011: Implantação de Polos de Educação a Distância e dos primeiros cursos da modalidade no IFRO;

2012: Implantação do *Campus* Porto Velho Zona Norte, temático para gestão da EaD;

2013: Início das construções do *Campus* Guajará-Mirim e processo de implantação de mais dois *campi* avançados;

2013: Instalação de 12 polos EaD;

2014: Expansão de 12 polos EaD, passando para 24 unidades;

2015: Convênio com a Secretaria de Educação do Estado de Rondônia para criação de 176 polos de EaD em escolas estaduais para oferta de cursos técnicos concomitantes ao Ensino Médio;

2017: Implantação do Campus de Jaru;

2018: Autorização de funcionamento do Campus Avançado de São Miguel do Guaporé, devidamente autorizado a funcionar pela Portaria nº 1.429, de 28 de dezembro de 2018;

2019: Primeira oferta de Licenciatura em Pedagogia e Formação Pedagógica em rede pela Universidade Aberta do Brasil (UAB);

2020: Oferta dos primeiros cursos de graduação na modalidade de educação a distância. O Instituto Federal de Rondônia está investindo, substancialmente, na ampliação dos *campi* e de sua rede. Atualmente, a configuração é esta: uma reitoria, nove *campi* (Porto Velho Calama, Porto Velho Zona Norte, Ariquemes, Jaru, Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena, Colorado do Oeste e Guajará-Mirim) e o *Campus* Avançado São Miguel do Guaporé, em processo de implantação e 24 polos de Educação a Distância. Já tendo formalizado termo de cooperação com o governo estadual para o atendimento de mais 176 polos de EaD.

Atualmente conta com 52 polos, sendo 6 desses polos em parceria com UAB no estado de Rondônia, e outros 6 polos distribuídos nos estados da Paraíba e Pernambuco.

2023: Consulta para escolha do novo Reitor e dos(as) Diretores(as)-Gerais dos Campi Ariquemes, Cacoal, Colorado do Oeste, Guajará-Mirim, Jaru, Ji-Paraná, Porto Velho Calama, Porto Velho Zona Norte e Vilhena.

2024: Autorização do Ministério da educação para criação do novo Campus do IFRO em Buritis.

2.1 Histórico do *campus* Porto Velho Zona Norte

2.2

O *Campus* Porto Velho Zona Norte teve seu funcionamento autorizado como *campus* avançado pela Portaria nº 1.366, de 6 de dezembro de 2010.

No ano de 2011, com a equipe formada pela Direção-Geral, Coordenação Geral de Ensino e Coordenação de Administração e Planejamento, iniciaram-se as atividades de planejamento e implantação da unidade oficialmente, com a aplicação de questionários para identificação da demanda a ser atendida pelo novo *campus*.

Com uma estrutura voltada à Educação a Distância (EaD), o *Campus* Porto Velho Zona Norte, por sua conversão de *campus* avançado regular, assume, por transferência da Pró-Reitoria de Ensino, toda a gestão administrativa e pedagógica voltada à EaD nos *campi* e polos regionais do IFRO.

A partir do segundo semestre de 2011, passou a ofertar cursos técnicos a distância pelo sistema presencial-virtual, via satélite, pela Rede eTec Brasil, resultado do projeto de EaD do IFRO, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR). Inicialmente, foram ofertados os seguintes cursos técnicos subsequentes ao ensino médio: Meio Ambiente, Logística, Segurança do Trabalho, Reabilitação de Dependentes Químicos e Eventos. No primeiro semestre de 2012, o IFRO ofertou mais seis cursos técnicos: Administração, Serviços Públicos e os quatro do Programa Profuncionário: Secretaria Escolar, Infraestrutura Escolar, Mídias Didáticas e Alimentação Escolar.

Com início das atividades próprias, em 2013, o *Campus* passou a ofertar outros dois cursos técnicos: Informática para a *Internet* e em Finanças, além do Superior de Tecnologia em Gestão Pública, todos presenciais. Além disso, com a instalação dos estúdios de produção de educação a distância, passou a ofertar os primeiros cursos na modalidade EaD: Técnico em Informática para *Internet* e Técnico em Finanças, ainda em 2013, produzidos em seus estúdios, com equipe própria de professores e técnicos e um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) construído para esta finalidade. Alcançou, de imediato, 1.200 alunos em 12 polos EaD.

Desta forma, ampliou o alcance de demandas com seus próprios cursos, além de também ofertar o curso técnico em Agente Comunitário de Saúde, por meio da parceria com o IFPR. Estes cursos atenderam a 12 municípios, em seis *campi* do IFRO (Ariquemes, Cacoal, Colorado do Oeste, Ji-Paraná, Porto Velho, Vilhena) e seis polos EaD (Buritis, Jaru, Cerejeiras, Guajará-Mirim, São Miguel do Guaporé e São Francisco do Guaporé).

Em 2014, o *Campus* ampliou sua oferta, com a abertura de 12 novos polos EaD – nos municípios de Alta Floresta do Oeste, Candeias do Jamari, Costa Marques, Cujubim, Espigão do Oeste, Machadinho do Oeste, Mirante da Serra, Nova Brasilândia, Nova Mamoré, Ouro Preto D'Oeste, Presidente Médici e no distrito de Extrema (Porto Velho).

A partir de 2017, iniciou a oferta dos cursos Superiores de Tecnologia em Redes de Computadores e Gestão Comercial. Em 2018, iniciou o curso de Pedagogia na modalidade EaD.

Em relação aos cursos de pós-graduação, o *campus* teve sua primeira oferta iniciada em 2015, com o curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação de Jovens e Adultos na Diversidade e Inclusão Social, na modalidade EaD. A partir de 2017, passou a ofertar o curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Planejamento Estratégico na Gestão Pública. No segundo semestre de 2018, também passaram a ser ofertados os Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão de Educação a Distância e o de Pós-Graduação *Lato Sensu* MBA em Planejamento Estratégico no Setor Público, ambos na modalidade EaD.

No segundo semestre de 2019, o *Campus* passou a ofertar o Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* MBA em Gestão de Cooperativas, no primeiro semestre de 2020 passou a ofertar o Curso de Pós-graduação em Gestão de Instituições Públicas e em 2022 foi iniciado o curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Básica, sendo todos na modalidade EaD.

Em 2022 deu-se o início do Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet do *Campus* Porto Velho Zona Norte, e em 2024 o *campus* passou a ofertar os cursos Integrados ao Ensino Médio de Administração e Informática.

Deste modo, com uma estrutura voltada à utilização de tecnologias no auxílio aos estudos para o ensino profissional, o *Campus* prevê uma interação homem-máquina mais ampla, com utilização de laboratórios temáticos, produção de mídias para a educação e, ainda, a utilização de um estúdio de transmissão e gravação de aulas, a fim de atender às mais diversas regiões do Estado, criando condições de inserção, permanência e ascensão das comunidades no mercado de trabalho.

Assim, o *Campus* Porto Velho Zona Norte organiza-se para produzir objetos de ensino e aprendizagem e expandir a oferta de seus cursos na modalidade a distância, proporcionalmente aos investimentos em contratação de pessoal e capacitação para o uso especializado de hipermídias e metodologias de atendimento em EaD.

3 PARTICIPANTES

Poderão participar do curso profissionais portadores/as de diploma de graduação em qualquer área do conhecimento, obtido em instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC), sendo preferencialmente bacharéis/bacharelas e/ou tecnólogos/as que atuam ou que pretendem atuar na EPT, com destaque para o magistério nos cursos técnicos de nível médio das redes públicas de Educação Profissional e Tecnológica.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo geral

Promover a formação continuada em docência na Educação Profissional e Tecnológica de profissionais graduados/as em diferentes áreas do conhecimento, solidamente estruturada em bases científicas, críticas e éticas e articulada a propostas criativas de intervenção educacional, tendo em vista a formação

humana integral, a emancipação social e a consolidação do Brasil como um país soberano e democrático.

4.2 Objetivos específicos

1. Possibilitar a análise e a confrontação de diferentes perspectivas políticas e epistemológicas com relação à função social da Educação Profissional e Tecnológica.
2. Promover o compartilhamento de experiências, tecnologias educacionais e conhecimentos desenvolvidos no campo da Educação Profissional e Tecnológica.
3. Oferecer ferramentas teórico-metodológicas para o exercício de práticas educativas na Educação Profissional e Tecnológica.
4. Subsidiar os/as discentes no desenvolvimento de produtos educacionais destinados a fortalecer a atividade docente emancipatória na Educação Profissional e Tecnológica.
5. Contribuir com a expansão, no país, da Educação Profissional e Tecnológica com qualidade social.

5 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

Independentemente do curso de graduação de origem, o/a discente, ao concluir este Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, deverá estar em condições de:

- dialogar sobre assuntos relacionados à docência na Educação Profissional e Tecnológica, em particular na perspectiva do ensino integrado;
- participar da realização de diagnósticos, estudos e análises sobre necessidades, demandas, problemas, oportunidades e recursos relacionados à oferta de EPT;
- contribuir para a construção de conhecimentos provenientes das práticas sociais desencadeadas por programas e iniciativas de EPT;

- contribuir com os setores que, por motivos diversos relacionados às diversidades culturais ou condição socioeconômica, encontram dificuldade de expressão e de legitimação de seus saberes e necessidades com respeito às atividades de trabalho e formação;
- promover a criatividade e os aprendizados tecnológicos destinados à inovação de produtos, processos e técnicas, ao desenvolvimento da consciência ambiental e à elevação da capacidade dos/as egressos/as da EPT de intervir na realidade em que vivem;
- participar das chamadas “comunidades ampliadas de saberes”, estruturas em que ocorrem diálogos de diversas naturezas, no intuito de torná-las comprometidas com a valorização do trabalho, dos trabalhadores e trabalhadoras e com o enriquecimento da cultura, da ciência, da tecnologia e da EPT;
- participar das iniciativas de articulação da EPT com as políticas setoriais públicas;
- propor inovações curriculares tomando como temas transversais e de contextualização a pauta do desenvolvimento integrado, sustentável e solidário, os elementos da realidade do entorno escolar e os saberes do trabalho;
- desenvolver materiais e instrumentos pedagógicos que possibilitem aos/às discentes compreenderem de forma crítica a realidade que os/as cerca e nela intervir para concretizar as estratégias de emancipação social;
- participar da mobilização social e política de comunidades para a definição de agendas e de planos de mudanças que favoreçam o desenvolvimento da EPT;
- alimentar fóruns de debates com informações técnicas e estudos sobre EPT com relevância para a implementação das políticas voltadas a essa modalidade educacional;
- contribuir para o fortalecimento da gestão democrática de políticas, programas e projetos de EPT.

6 JUSTIFICATIVAS

A nível nacional, são diversas as razões pelas quais se justifica a oferta de um Curso de Pós-Graduação *lato sensu* dedicado à formação continuada em Docência na Educação Profissional e Tecnológica.

Devem-se considerar as especificidades da Educação Profissional e Tecnológica, sua condição de modalidade de educação escolar com características próprias, constituídas por processos previamente planejados destinados a desenvolver capacidades de trabalho e a favorecer a produção de bens e serviços.

De modo geral, as capacidades humanas de trabalho são formadas no contexto das relações sociais nas quais os sujeitos estão envolvidos. Essa modalidade educacional se torna específica quando esses processos são intencionalmente pensados e materializados visando ao desenvolvimento dessas capacidades.

Essas práticas intencionalmente pensadas para o desenvolvimento de capacidades de trabalho têm história, instituições próprias, finalidades particulares de acordo com as premissas que seus formuladores assumem, público diferenciado, estratégias variadas e diversas formas de serem avaliadas.

Por isso, é necessária uma formação desse tipo, proposta por este projeto político-pedagógico, para que os profissionais das práticas educativas da Educação Profissional e Tecnológica possam reconhecer essas especificidades visando a um planejamento coerente e a proveitos efetivos.

A docência na Educação Profissional e Tecnológica compreende a articulação dos saberes específicos de cada eixo tecnológico e, caso contenham, suas áreas tecnológicas, com saberes didáticos, amalgamados por uma atitude crítico-reflexiva e orientados por uma finalidade de transformação da condição humana.

Alguns dilemas característicos do exercício da docência nessa modalidade educacional são premissas para um curso dessa natureza. Em primeiro lugar, ser evidência de uma política educacional efetivamente interessada na valorização do magistério e dos/as professores/as, considerando, sobretudo, a diversidade da

formação inicial daqueles/as já atuantes nessa modalidade educacional ou motivados/as em fazê-lo.

Nesse contingente, há graduados e graduadas provindos/as de cursos superiores de tecnologia e de bacharelados sem nenhuma ou com pouca formação pedagógica. Há também egressos/as de cursos de licenciaturas que, a despeito da formação destinada à docência, não tiveram oportunidade de conhecer, minimamente, o campo da Educação Profissional e Tecnológica, suas questões políticas e do ensinar e do aprender.

Não faltam aqueles/as que, por diversos motivos, encontram-se nessa docência apenas por razões extrínsecas a ela, como, por exemplo, a oportunidade de auferir ganhos salariais complementares aos obtidos em atividade profissional que consideram como a principal, chegando até uns e outros a não se identificar como professores.

Há outros/as que, ocupados/as em outras atividades, se sentem mais implicados/as no trabalho docente, mas nele veem apenas algo como um prolongamento das atividades que realizam nessas outras esferas, convencidos/as de que a Educação Profissional e Tecnológica tem por função precípua ser um braço das empresas e do chamado setor produtivo.

Assim, pode-se dizer que a discussão sobre o trabalho e o papel do/a professor/a na Educação Profissional e Tecnológica se coloca como de grande seriedade e importância, e, nesses termos, como a justificativa primordial para a oferta de um curso de pós-graduação *lato sensu* em docência nessa modalidade educacional. Ressalte-se, também, como motivo fundamental para tanto, o grande interesse em cursá-lo por muitos/as já atuantes ou com vistas a fazê-lo.

Tal propósito concerne, sobretudo, a oferecer contribuições relevantes para a aquisição ou para o aprofundamento de conhecimentos pedagógicos e à melhor estruturação da atividade docente, condições fundamentais à efetivação da Educação Profissional e Tecnológica socialmente referenciada e dos processos de ensino-aprendizagem comprometidos com a produção de novos conhecimentos e com o aprimoramento das relações da escola com a sociedade.

Isso porque se entende ser fundamental o investimento do/a docente da Educação Profissional e Tecnológica em seu desenvolvimento profissional, na sua permanente atualização em conhecimentos pedagógicos, sem se descuidar, naturalmente, dos concernentes à sua requalificação no campo da sua formação específica e de base.

Da mesma forma, concorrem para seu desenvolvimento profissional seu engajamento e participação no trabalho coletivo escolar e nos debates sobre os mundos do trabalho, a dinâmica tecnológica, as políticas educacionais e as articulações da Educação Profissional e Tecnológica com a ciência, a cultura e os movimentos sociais.

Nesse sentido, torna-se indispensável, aos professores e às professoras da Educação Profissional e Tecnológica ou aos/às que querem vir a sê-lo, conhecer como essa modalidade educacional vem se desenvolvendo no Brasil. Para tanto, é preciso que se inteirem das suas contradições e das disputas políticas, teóricas e ideológicas que historicamente a perpassam, das suas especificidades com respeito à docência e suas bases conceituais comprometidas com a perspectiva emancipatória.

Mesmo que de forma amostral, é fundamental que conheçam experiências concretas de práticas educativas nesse campo. Por exemplo, as que tenham propósito integrador da relação teoria e prática ou de conteúdos gerais e específicos, de inclusão social e cultural e de promoção da sua articulação com a Educação de Jovens e Adultos.

De modo premente, também é fundamental que saibam ou se preparem para enfrentar os fenômenos da evasão e do abandono discentes na Educação Profissional e Tecnológica. Isso significa apoderar-se de estratégias de promoção da permanência e do êxito acadêmico dos/as estudantes, de articulação do ensino com a pesquisa e com a extensão, da práxis ou do processo dialético da ação-reflexão-ação.

Nesses termos, este Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica encontra suas justificativas maiores na formação de educadores e de educadoras socialmente sensíveis, éticos/as,

criativos/as, reflexivos/as e comprometidos/as com a realização da função social dessa modalidade educacional, requisitos que influenciam diretamente as práticas pedagógicas nela desenvolvidas e os resultados que se espera obter com a aprendizagem dos/as discentes da EPT.

Portanto, se propõe, neste projeto pedagógico, um curso que não se define pela finalidade da docência restrita a formar meros executores de tarefas exigidas pelo mercado, mas que revele a importância social e educacional das políticas, dos programas e dos projetos de educação profissional e tecnológica emancipatória e que privilegie o atendimento às políticas públicas do país, a superação das desigualdades e a justiça social.

Propõe-se um curso que valorize a formação para o convívio respeitoso com as diferenças sociais e culturais e a compreensão profunda da realidade; que se comprometa com a qualificação da força de trabalho brasileira e, portanto, com o enfrentamento à histórica dualidade da educação nacional revelada no campo da educação profissional, na oferta de cursos instrumentais e apartados de seus fundamentos científico-tecnológicos.

Tal perspectiva requer a busca pela integração entre as capacidades de pensar e de produzir e, portanto, de tomar o ensino integrado como referência. Enquanto conteúdo, o ensino integrado deve ter o sentido “de completude, de compreensão das partes no seu todo” (Ciavatta, 2005, p. 84), podendo, por isso, ser entendido como uma concepção de formação que pressupõe o desenvolvimento amplo e articulado das capacidades humanas nas suas dimensões intelectuais e operacionais, inseridas em um contexto histórico marcado por profundas contradições sociais.

Dessa maneira, a motivação para essa oferta de formação político-pedagógica se respalda no entendimento de que ela pressupõe ir além da capacitação em técnicas didáticas visando à transmissão de conteúdo. Requer, mais do que isso, o incentivo ao diálogo com a educação geral, com o mundo do trabalho, com práticas pedagógicas interdisciplinares e interculturais.

Tais direcionamentos são necessários para que, de fato, o trabalho se materialize como princípio educativo, de forma a concorrer não somente para a

emancipação do/a educando/a como também à concernente ao/à educador/a. É para isso que esse curso de pós-graduação *lato sensu*, sob a regência desse princípio, precisa promover fortes articulações entre ciência, tecnologia, cultura, trabalho e sociedade.

A Educação Profissional e Tecnológica se dedica a formar trabalhadores. Deve-se registrar a importância estratégica que tem a qualificação da força de trabalho para o desenvolvimento do país, para a produção de riquezas propiciadoras da satisfação das necessidades humanas, materiais e imateriais, e para o fortalecimento de um projeto de nação democrática e soberana.

Sem a força de trabalho qualificada, promovida e desenvolvida em suas capacidades instrumentais e ético-políticas, tem-se não apenas trabalhadores potencialmente menos produtivos, mas também cidadãos sem a consciência de sê-lo.

É a qualidade dessa formação que está em jogo quando se tem em tela o nível e o valor do trabalho docente, de professores e professoras, também eles/as trabalhadores e trabalhadoras, componentes imprescindíveis a todo e qualquer processo de produção, inclusive quando essa se trata de produzir seres humanos emancipados.

7 ORGANIZAÇÃO DO CURSO

7.1 Princípios pedagógicos

A premissa fundamental deste projeto político-pedagógico é a centralidade da docência na Educação Profissional e Tecnológica, independentemente das diferentes formas e dos conteúdos curriculares que lhes dão especificidades. Ganha relevância, portanto, neste curso de formação de docentes para a Educação Profissional e Tecnológica, a atuação dos professores e das professoras formadores/as, orientadores/as ou tutores/as, como primordiais para a condução com sucesso do processo de ensino-aprendizagem desencadeado.

Para tanto, é preciso que recebam formação adequada e continuada para que possam proporcionar aos/as discentes ricas oportunidades de apropriação daqueles conhecimentos e experiências historicamente produzidos, que, de fato, sejam de grande relevância social e educacional.

Outra premissa fundante é a importância de se considerarem as origens dos/as estudantes e dos/as profissionais da educação que atuam no curso. Criaram-se, viveram e se encontram em espaços sociais, definidos e concretos. Possuem historicidade, contexto e heranças socioculturais.

São sujeitos sociais, que produzem e reproduzem suas existências, experimentam dificuldades, alimentam seus sonhos e comemoram suas conquistas. São seres humanos ativos e criativos. Sensível a tais considerações, a proposta pedagógica deste curso realça o primado do aprender para gerar transformações na realidade educacional e social.

Além disso, este projeto pedagógico tem como ponto de partida a prática social, a sociedade atual com suas discrepâncias e desigualdades, seus antagonismos e lutas de classe e que tem o trabalho como atividade humana central e princípio ontológico do ser social, de cuja objetivação surgem os produtos necessários à reprodução humana, todos de caráter sócio-histórico, inclusive a cultura, a ciência e a tecnologia. Por isso, toma esse princípio como fundamento da proposta educacional aqui apresentada, cujo objetivo é a formação humana integral

A Educação Profissional e Tecnológica como componente dessa prática social reflete condutas e significados que precisam ser problematizados. Logo, cabe aos professores/as formadores/as estimular o exercício da análise crítica e convidar os/as discentes a desmistificar preceitos e modos de agir; a identificar problemas e desafios.

Cabe-lhes incentivar a reflexão crítica, considerando contextos, sobre quem são os beneficiados e os prejudicados por determinadas decisões e medidas, por quais motivos algo se tornou um problema e quais os alcances e os limites das respostas com vistas a solucioná-lo.

Os professores e as professoras da Educação Profissional e Tecnológica realizam a problematização com seus/suas estudantes quando os/as estimulam a retirar da prática social ou da realidade em que vivem problemas que tenham relevância social e relações com aqueles que se manifestam na formação humana em suas diferentes fases etárias e contextos culturais.

Mas cabe aos/às docentes ir além da problematização, por meio da oferta dos instrumentos para que os alunos e alunas deste Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica possam identificar e penetrar, com toda a radicalidade possível, na realidade em que vivem e atuam, nas questões científicas e tecnológicas relevantes, que afetam a sociedade, o trabalho humano e a educação brasileira.

Trata-se de fornecer-lhes meios para que os/as docentes que atuam na EPT possam se apropriar de conhecimentos e de abordagens fundamentais ao relacionamento do particular e do universal, da estrutura e da conjuntura, da parte e do todo como elementos da totalidade histórica. Enfim, que possam se apropriar de instrumentos que lhes possibilitem adotar um posicionamento crítico em relação aos problemas identificados, o que significa realizar contrapontos com respeito às concepções de educação profissional e tecnológica provenientes do pragmatismo, do idealismo e do senso comum.

Outra premissa importante para este curso é a compreensão da relação entre teoria e prática como uma unidade indissolúvel de elementos que, apesar de sua existência autônoma, mantêm uma relação de interdependência mútua, sendo, pois, indissociáveis. Essa compreensão se diferencia da perspectiva que considera haver dicotomia (dissociativa ou associativa) entre teoria e prática.

A perspectiva dicotômica conduz a uma prática educativa acrítica, na qual o/a docente, baseando-se em prescrições e em normas pré-estabelecidas, sob uma falsa aparência de neutralidade, realiza ações mecânicas e burocratizadas de reprodução de métodos e de técnicas de ensino.

A premissa da unidade indissolúvel entre teoria e prática favorece a constituição de práticas pedagógicas crítico-reflexivas, pois o/a professor/a pode orientar as suas atividades pelas teorias estudadas e, em um movimento dialético,

problematizar e revigorar essas mesmas teorias ao confrontá-las com a realidade.

Nessa perspectiva, que toma a práxis como referência, as práticas educativas são entendidas como atividades teórico-práticas, considerando-se a teoria e a prática como elementos constituintes e articuladores da formação do/a educador/a da EPT.

Isso significa que as unidades temáticas da formação em tela não devem ter caráter teórico ou prático, mas constituir-se como identidades teórico-práticas por excelência, que alcançarão o sentido de integração se forem trabalhadas interativamente.

Essa forma de entender e de trabalhar a relação entre teoria e prática em um curso de formação tende a promover intervenções didáticas conscientes, que tenham o trabalho concreto como ponto de partida e de chegada da teoria, e esta como originária das exigências e dos problemas da realidade. É nessa perspectiva que se pretende, inclusive, que o TCC seja desenvolvido pelo/as cursistas.

7.2 Organização curricular

Este curso é uma ação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC), no âmbito da Política Nacional de Formação de Profissionais para a Educação Profissional e Tecnológica, destinada a estabelecer princípios e objetivos para programas e ações de profissionais para atuação na EPT, a serem implementados em regime de colaboração entre os sistemas de ensino em consonância com o Plano Nacional de Educação.

Por isso, este curso de pós-graduação *lato sensu* será oferecido na modalidade a distância. Sua organização curricular é compartilhada e se compõe de 02 (dois) núcleos, denominados comum e específico. O núcleo comum integra os três cursos de Pós - Graduação (Docência na EPT; Gestão na EPT e Educação a Distância na EPT), enquanto o núcleo específico é destinado a abordar as particularidades de cada curso.

A SETEC/MEC, em parceria com a CAPES/UAB, disponibilizará um cronograma nacional para a oferta do curso no âmbito da Política de Formação de Profissionais para a EPT, nele constando um roteiro de implementação destinado a todas as instituições ofertantes do curso, ajustável de acordo com a realidade e as peculiaridades locais da oferta.

Conforme apresentado no Quadro 1, o Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade de educação a distância, se organiza em 02 (dois) núcleos (comum e específico), divididos em 03 (três) módulos, totalizando 10 (dez) disciplinas, denominadas unidades temáticas, além de 03 (três) momentos de TCC.

Em momento prévio ao início do estudo das unidades temáticas do núcleo comum, o *campus* deverá apresentar ao/à estudante as principais funcionalidades do Ambiente Virtual do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, com foco nas múltiplas possibilidades interativas que serão disponibilizadas ao longo do processo formativo do/a educando/a, com ênfase nas características e especificidades da educação a distância.

Quadro 1 – Organização curricular e distribuição de carga horária do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade de educação a distância.

MÓDULO	NÚCLEO		UNIDADES TEMÁTICAS	CARGA HORÁRIA (h)
MÓDULO 1 (105h) 1º Semestre	NÚCLEO COMUM (90h)		Cultura Digital e Educação Profissional e Tecnológica	30
			Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos I	30
			Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos II	30
	TCC 1º Momento (15h)		Trabalho de Conclusão de Curso I	15
MÓDULO 02 (135h) 2º Semestre	NÚCLEO ESPECÍFICO FASE 1 (120h)		A docência na EPT: contingências históricas e práticas inspiradoras	30
			Práticas educativas integradoras na EPT: teorias e didáticas	30
			Práticas educativas inclusivas na EPT: teorias e didáticas	30

			Práticas educativas na EJA–EPT: teorias e didáticas	30
	TCC 2º Momento (15h)		Trabalho de Conclusão de Curso II	15
MÓDULO 3 (120h) 3º Semestre	NÚCLEO ESPECÍFICO FASE 2 (90h)		Práticas educativas para a permanência e êxito discente na EPT: teorias e didáticas	30
			A pesquisa e a extensão no trabalho pedagógico da EPT: teorias e didáticas	30
			Projetos político-pedagógicos, planos de ensino e avaliação da EPT: teorias e didáticas	30
	TCC 3º Momento (15h)		Trabalho de Conclusão de Curso III	30
Carga horária total do curso				360

7.3 Matriz curricular: unidades temáticas, ementas e bibliografias

A seguir, são apresentados os objetivos, as ementas e as bibliografias básica e complementar de cada unidade temática do curso.

Unidades temáticas do núcleo comum

Unidade Temática: Cultura Digital e Educação Profissional e Tecnológica
Carga Horária: 30h
Objetivo:
<ul style="list-style-type: none"> • Compartilhar experiências pessoais e profissionais na utilização de recursos digitais. • Analisar princípios epistemológicos, éticos e políticos da atuação crítica e criativa e de caráter emancipatório no contexto da cultura digital. • Resgatar as contribuições da cultura digital para a atuação dos profissionais da Educação Profissional e Tecnológica como autores, produtores e disseminadores de conhecimentos e transformadores da realidade e do seu entorno.
Ementa:
Comunicação e interação mediadas por tecnologias digitais. Alfabetização e letramento digitais. Educação Profissional e Tecnológica e cultura digital ética, reflexiva, crítica e criativa.

Implicações da cultura digital para a prática pedagógica e a gestão na Educação Profissional e Tecnológica. Inclusão digital e acessibilidade na Educação Profissional e Tecnológica.

Bibliografia básica:

BIANCHESSI, Cleber (org.). **Cultura Digital: novas relações pedagógicas para aprender e ensinar**. Curitiba: Bagai, v. 2, 2020. *E-book*. Disponível em: <https://eduCAPES.CAPES.gov.br/handle/CAPES/585258>. Acesso em: 03 mar. 2024.

BOERES, Sonia. O letramento e a organização da informação digital aliados ao aprendizado ao longo da vida. **Revista Digital Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 483–500, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8651507/pdf>. Acesso em: 03 mar. 2024.

OLIVEIRA, Achilles Alves de; SILVA, Yara Fonseca de Oliveira. Mediação pedagógica e tecnológica: conceitos e reflexões sobre o ensino na cultura digital. **Rev. Educ. Questão**, Natal, v. 60, n. 64, e–28275, abr. 2022. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-77352022000200203&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 mar. 2024.

PENHA, Jonas Marques da; ALMEIDA, Larissa Germana Martins de. Cibercultura e Educação Profissional e Tecnológica: letramento digital como potencialidade no ensino médio integrado. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, n. 2, p. 80–97, 2020. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/542>. Acesso em: 03 mar. 2024.

ROSA, Cristiane de Oliveira; MILL, Daniel; MEDEIROS, Fernandina Fernandes de Lima. Letramento, educação e cultura digital: uma breve revisão bibliográfica. *In: Congresso Internacional de Educação e Tecnologias|Encontro de Pesquisadores em Educação e Tecnologias|Congresso de Ensino Superior a Distância|Congresso Internacional de Ensino Superior a Distância, 2022, São Carlos. Anais do CIET: CIESUD: 2022*, São Carlos, set. 2022. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2022/article/view/2000/1637>. Acesso em: 03 mar. 2024.

SILVA, Iasmin Ferreira da; FELÍCIO, Cinthia Maria. Mediação de práticas educativas na educação profissional com Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação: considerações a partir da teoria histórico-cultural. **Educitec: Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, v. 8, e191222, 2022. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/1912>. Acesso em: 03 mar. 2024.

VILLELA, Ana Paula; PRADO, Jesus Vanderli do; BORGES, Rosimeire Aparecida Soares. Tecnologias digitais nos processos de ensino aprendizagem e inclusão de alunos com deficiência. *In: Congresso Internacional de Educação e Tecnologias|Encontro de Pesquisadores em Educação e Tecnologias|Congresso de Ensino Superior a Distância|Congresso Internacional de Ensino Superior a Distância. Anais do CIET:CIESUD:2022*, São Carlos, set. 2022. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2022/article/download/2108/1923/>. Acesso em: 03 mar. 2024.

Bibliografia complementar:

BOMFIM, Lucilene da Silva Santos.; THEODORO, Yasmine Braga. Letramento crítico a partir de práticas interdisciplinares no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, Natal, v. 7, n. 24, 2021. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/3642>. Acesso em: 03 mar. 2024.

KLEIMAN, Angela Bustos.; MARQUES, Ivoneide Bezerra de Araújo Santos. Letramentos e tecnologias digitais na educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 2, n. 15, e7514, 2018. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/7514>. Acesso em: 03 mar. 2024.

MENEZES, Karina Moreira; COUTO, Raqueline de Almeida; SANTOS, Sheila Carine Souza. **Alfabetização, letramento e tecnologias**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019. E-book. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/CAPES/553784>. Acesso em: 03 mar. 2024.

SOUSA, Wênia Keila Lima de; LOUREIRO, Robson Carlos; DAVID, Priscila Barros. Integração das TDICs com a docência na educação profissional e tecnológica: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Educar Mais**, Pelotas, v. 7, p. 202–220, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/3020>. Acesso em: 03 mar. 2024.

SOUSA, Wênia Keila Lima de; VASCONCELOS, Francisco Herbert Lima. Educação profissional e tecnológica e a utilização das tecnologias digitais no processo de ensino: uma revisão sistemática da literatura. **Devir Educação**, Lavras, v. 7, n. 1, 2023. Disponível em: <https://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/632>. Acesso em: 03 mar. 2024.

ZANK, Cláudia; RIBEIRO, Jorge Alberto Rosa; BEHAR, Patricia Alejandra. Limites para a alfabetização crítica das mídias digitais na educação profissional. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 2, n. 2, p. 24–38, 5 out. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/revistaeducuclings/article/view/6353>. Acesso em: 03 mar. 2024.

Unidade Temática: Trabalho–Educação: Fundamentos teóricos e didáticos I

Carga Horária: 30h

Objetivo:

- Trazer, em caráter introdutório, discussões que envolvam as marcas, os desafios e os avanços da relação entre trabalho e educação no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

Ementa:

As vicissitudes dos legados históricos de regulação da Educação Profissional e Tecnológica brasileira: conquistas, reveses e resistências. Trabalho, Educação Profissional e Tecnológica, diversidades, lutas, reivindicações e direitos: gênero, geração, necessidades específicas, etnias, comunidades tradicionais e migrantes. Diferenças de perspectivas na Educação Profissional e Tecnológica: pedagogia histórico-crítica *versus* pragmatismo, teoria do capital humano e lógica das competências.

Bibliografia básica:

FISCHER, Maria Clara Bueno; FRANZOI, Naira Lisboa. Formação Humana e Educação Profissional: Diálogos Possíveis. **Educação, Sociedade & Cultura**, Portugal, v. 29, n. 1, p. 35–51, 2009. Disponível em: <https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC29/29ClaraFNairaF.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Perspectiva**, v. 19, n. 1, p. 71–87, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463>. Acesso em: 21 jan. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Fazendo pelas mãos a cabeça do trabalhador: o trabalho como elemento pedagógico na formação profissional. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 47, p. 38–45, 1983. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15741983000400004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 jan. 2024.

GUIMARÃES, Nadya de Araújo. Qualificação como relação social. In: **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/index.html>. Acesso em: 21 jan. 2024.

IANNI, Octávio. O mundo do trabalho. **São Paulo em Perspectiva**, v.8, n.1, p.2–12, jan.–mar. 1994. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v08n01/v08n01_01.pdf. Acesso em: 21 jan. 2024.

KUENZER, Acácia Zeneida. Educação profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho. **Boletim Técnico do Senac**, v. 25, n. 2, p. 18–29, maio–ago. 1999. Disponível em: <https://bts.senac.br/bts/article/view/596>. Acesso em: 18 jan. 2024.

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. A luta dos trabalhadores pelo direito à educação e à formação profissional, em defesa da escola pública: um relato de experiência. **Revista Trabalho Necessário**, v. 21, n. 44, p. 1–38, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/57854>. Acesso em: 21 jan. 2024.

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e EPT: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, [s.l.], v. 2, p. 4–30, 2008. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 16 jan. 2024.

OLIVEIRA, Ramon de. A Teoria do Capital Humano e a Educação Profissional Brasileira. **Boletim Técnico do Senac**, v. 27, n. 1, p. 26–37, 2001. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/560>. Acesso em: 21 jan. 2024.

PELLISSARI, Lucas Barbosa. A reforma da educação profissional e tecnológica no Brasil: 2016 a 2021. **Educação em Revista**, n. 39, e37056, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469837056>. Acesso em: 21 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. É possível uma pedagogia das competências contra-hegemônica?: relações entre pedagogia das competências, construtivismo e neopragmatismo. **Trab. educ. saúde [Internet]**, v. 1, n. 1, p. 93–114, mar. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462003000100008>. Acesso em: 21 jan. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Da inspiração à formulação da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC). Os três momentos da PHC que toda teoria verdadeiramente crítica deve conter. **Interface** –

Comunicação, Saúde, Educação, v. 21, n. 62, p. 711–724, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0001>. Acesso em: 21 jan. 2024.

Bibliografia complementar:

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. A reforma do ensino médio do Governo Temer, a educação básica mínima e o cerco ao futuro dos jovens pobres. **Revista Holos**, [s.l.], v. 8, p. 219–232, 2018. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/7065>. Acesso em: 21 jan. 2024.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson do Socorro. Referências sobre práticas formativas em educação profissional: o velho travestido de novo frente ao efetivamente novo. **Boletim Técnico do Senac**, v. 36, n. 2, p. 51–63, 2010. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/218>. Acesso em: 21 jan. 2024.

AZEVEDO, Luiz Alberto; SHIROMA, Eneida Oto; COAN, Marival. As políticas públicas para a educação profissional e tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem. **Boletim Técnico do Senac**, v. 38, n. 2, p. 27–40, 2012. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/164>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CAETANO, Maria Raquel; LOPONTE, Luciana Neves. **Histórias e Memórias em Educação Profissional e Tecnológica**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. Disponível em: <https://pedrojoaoeditores.com.br/produto/historias-e-memorias-em-educacao-profissional-e-tecnologica/>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CLOVES, Alexandre de Castro; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; SCHENKEL, Cladecir Alberto. História socioespacial do trabalho no Brasil, educação profissional tecnológica e a questão regional. **Revista Labor**, v. 1, n. 24, p. 331–355, 19 out. 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/44200>. Acesso em: 16 jan. 2024.

CLOVES, Alexandre de Castro; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; MEDEIROS, Ivonete Telles. Educação Tecnológica no Brasil: A Geopolítica e a Geografia Política do processo histórico. **Metodologias e Aprendizado**, v. 6, p. 516–533, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/3983>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CIAVATTA, Maria. A produção do conhecimento sobre a configuração do campo da educação profissional e tecnológica. **Holos**, [s. l.], v. 6, p. 33–49, 2016. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5013>. Acesso em: 21 jan. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Ensino médio e técnico profissional: disputa de concepções e precariedade. 2013. In: **EMdiálogoamazonia: Ensino Médio em foco**. Disponível em: <http://emdiologoamazonia.blogspot.com.br/2013/03/ensino-medio-e-tecnico-profissional.html>. Acesso em: 21 jan. 2024.

LIMA FILHO, Domingos Leite; QUELUZ, Gilson Leandro. A tecnologia e a educação tecnológica: elementos para uma sistematização conceitual. **Educ. Tecnol.**, Belo Horizonte, v.10, n.1, p.19–28, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://www.seer.dppg.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/view/71>. Acesso em: 21 jan. 2024.

POCHMANN, Márcio. Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. **Ciência e coletiva**, v. 25, n.1, dez. 2019–jan. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2020.v25n1/89-99/>. Acesso em: 21 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção formação pedagógica; v. 5). Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2024.

RODRIGUES, Doriedson do Socorro. A integração saberes e conhecimentos escolares em processos formativos: o que dizem as pesquisas e as escolas. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 7, n. 12, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/3062>. Acesso em: 21 jan. 2024.

SILVA, Luciane Teixeira da; NOSELLA, Paolo. A “cultura extrema” enquanto estratégia de hegemonia: uma análise a partir dos escritos de Antonio Gramsci. **Revista Labor**, Fortaleza, v. 1, n. 22, p. 19–31, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/51499/1/2019_art_Itsilvapnosella.pdf. Acesso em: 18 jan. 2024.

Recursos educacionais:

LEITURAS BRASILEIRAS. Dermeval Saviani. **A Pedagogia Histórico-Crítica**. Youtube, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=13ojrNgMChk&t=341s>. Acesso em: 26 jan. 2024.

SCHIEDECK, Silvia; FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos. **A origem de uma nova institucionalidade em EPT: narrativas e memórias sobre os Institutos Federais**. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2019. Disponível em: <https://eduCAPES.CAPES.gov.br/handle/CAPES/433129>. Acesso em: 8 jan. 2024.

BASTOS, Rafael. Gaudêncio Frigotto. **A educação como capital humano** – parte I. Youtube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VnL8tGw6LNA>. Acesso em: 26 jan. 2024.

BASTOS, Rafael. Gaudêncio Frigotto. **A educação como capital humano** – parte II. Youtube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4i1Y59zy7SY>. Acesso em: 26 jan. 2024.

IndustriALL_GU. **Episódio 1 Transformações e Desafios no Mundo do Trabalho**. Youtube, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jS_OzdTFwqM. Acesso em: 26 jan. 2024.

Unidade Temática: Trabalho–Educação: Fundamentos teóricos e didáticos II

Carga Horária: 30h

Objetivo:

- Propiciar, em continuidade à introdução da Unidade Temática I, discussões e reflexões que envolvam as marcas, os desafios e os avanços da relação entre trabalho e educação no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

Ementa:

O princípio pedagógico do trabalho, potencialidades e possibilidades de efetivação da escola unitária, da omnilateralidade e da politecnia. Ensino integrado: definições, obstáculos, tensões e avanços teóricos e práticos. Práxis transformadora: perspectivas e oportunidades emancipatórias frente ao panorama atual do mundo do trabalho, implicações, protagonismos e contribuições da prática docente, da gestão e da EaD.

Bibliografia básica:

Clavatta, Maria. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Por que lutamos?. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187–205, jan.–abr. 2014 Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 21 jan. 2024.

Machado, Lucília Regina de Souza. Politecnia, escola unitária e trabalho: lições do passado e do presente. **Revista Trabalho Necessário**, ano 13, n. 20, p. 234–251, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.13i20.p8620>. Acesso em: 21 jan. 2024.

Machado, Lucília Regina de Souza. O trabalho como referência para a formação e a democracia. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v.1, n.26, 2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/15167>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Martins, Marcos Francisco. Gramsci, Educação e Escola Unitária. **Educação e Pesquisa**, v. 47, p. e226099, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147226099>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Moura, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. **Holos**, Natal, v. 2, p. 1–27, 2007. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Ramos, Marise Nogueira. Ensino médio integrado: da conceituação à operacionalização. **Revista Cadernos de Pesquisa em Educação**, ano 11, v. 19, n. 39, p. 15–29, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/10243>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Ramos, Marise Nogueira. Filosofia da Práxis e práticas pedagógicas de formação de trabalhadores. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, MG, v. 23, n. 1, p. 207–218, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9306>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Saviani, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152–180, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?lang=pt>. Acesso em: 03 jan. 2024.

Bibliografia complementar:

Almeida, Maria de Lourdes Pinto de; Sá, Giedre Teresinha Ragnini de. Políticas educacionais e pesquisa acadêmica: uma reflexão sobre a escola unitária em Antonio Gramsci enquanto um objeto de investigação. **Série-Estudos – Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, n.40, p. 223–237, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://serieucdb.emnuvens.com.br/serie-estudos/article/view/876>. Acesso em: 20 jan. 2024.

ALVES, Leandro Marcos Salgado; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; FARIA, Filipe Pereira; ROHR, Michel Luís. Retalhos de experiências exitosas em educação profissional e tecnológica. **Debates em Educação**, Maceió, v. 11, n. 24, mai.-ago. 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/ojs2-somente-consulta/index.php/debateseducacao/article/view/6910>. Acesso em: 20 jan. 2024.

ClAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CHISTÉ, Priscila de Souza. Educação Profissional no Brasil: reflexões sobre o ensino médio integrado. **Revista Eletrônica Debates em Educação Científica e Tecnológica**, v. 4, n. 2, p. 86 – 113, 2014. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/dect/article/view/78>. Acesso em: 02 fev. 2024.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. A politécnica nos debates pedagógicos soviéticos das décadas de 20 e 30. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n.18, 2020, p. 1–26. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9575/2568>. Acesso em: 8 jan. 2024.

MOURA, Dante Henrique. A organização curricular do ensino médio integrado a partir do eixo estruturante: trabalho, ciência, tecnologia e cultura. **Revista Labor**, v.1, n.7, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/23326/1/2012_art_drmoura.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

OLIVEIRA, Ramon de. Ensino médio integrado: desafios para os que lutam por uma escola emancipatória. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 23, p. e14688, 2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/14688>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Escola Unitária. In: CALDART, Roseli Saete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, pp. 341–347, 2012. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Práxis e pragmatismo: referências contrapostas dos saberes profissionais. In: SÁ, Maria Roseli Gomes Brito de; FARTES, Vera Lúcia Bueno (Orgs.). **Currículo, formação e saberes profissionais: a (re)valorização epistemológica da experiência**. Salvador: EDUFBA, p. 221, 2010. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/39226>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 15, n. 45, p. 422–590, set./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/yXjXQvzWfhSp5VNHx6KqKLh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jan. 2024.

SILVA, Deise Rosálio. A perspectiva pedagógica de Antonio Gramsci. In: BOTO, Carlota. **Clássicos do pensamento pedagógico: olhares entrecruzados** [online]. Uberlândia: EDUFU, História, Pensamento, Educação Collection. Novas Investigações series, v. 9. pp. 141–170,

2019. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/fjnhs/pdf/boto-9786558240273-08.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Recursos educacionais:

BRAGA, Osório Esdras Guimarães; PRATES, Admilson Eustáquio. **O trabalho como princípio educativo no Ensino Médio Integrado do IFNMG**. Montes Claros: IFNMG/ProfEPT. Youtube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YlgGbzhirg>. Acesso em: 08 jan. 2024.

SILVA, Marilene Veiga da; BRASILEIRO, Beatriz Gonçalves. **Os sentidos do trabalho e os conceitos essenciais da EPT: um guia para estudantes, professores e gestores**, 2023. Disponível em: <https://eduCAPES.CAPES.gov.br/handle/CAPES/740867>. Acesso em: 09 jan. 2024.

ANTUNES, Ricardo. **Trabalho intermitente e o trabalhador hoje no Brasil**. Youtube, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UMYovnOhk_A. Acesso em: 30 jan. 2024.

Unidades temáticas do núcleo específico

Unidade Temática: A Docência na EPT: contingências históricas e práticas inspiradoras

Carga Horária: 30h

Objetivo:

- Aprofundar, em uma perspectiva histórica e interdisciplinar, a temática do trabalho, da formação e da profissionalização docente na EPT.

Ementa:

A construção histórico-cultural do trabalho docente na EPT. As especificidades da docência na EPT. A realidade educacional enfrentada pelos docentes da EPT. Configurações do trabalho docente na EPT. A multideterminação das vulnerabilidades da docência na EPT e suas implicações sociais e educacionais. A relação entre identidade profissional, reconhecimento social e ética profissional na docência em EPT. Os saberes da docência e a formação do docente da EPT. Narrativas da experiência em docência na EPT e suas inspirações para mudanças nas situações e rotinas dos profissionais professores dessa modalidade educacional.

Bibliografia básica:

ARROYO, Miguel Gonzalez. Produção de saber em situação de trabalho: o trabalho docente. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 51–61, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8973>. Acesso em: 19 jan. 2024.

FRANZOI, Naira Lisboa; SILVA, Carla Odete Balestro. Desvelando os saberes da docência na Educação Profissional. **Boletim Técnico do Senac**, v. 40, n. 3, p. 38–57, 19 dez. 2014. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/78>. Acesso em: 20 jan. 2024.

LORENZET, Deloize; ANDREOLLA, Felipe. Formação de educadores para a educação profissional: a articulação ensino-pesquisa-extensão. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 18, p. e6136, 2020. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/6136>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 8–22, 2015. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2862>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. O desafio da formação de professores para a EPT e PROEJA. **Educação & Sociedade** (Impresso), v. 32, p. 689–704, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/DDvbwkydBpTjC4TwYf4gRB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MOURA, Dante Henrique. A formação de docentes para a educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 23–38, 2015. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2863>. Acesso em: 20 jan. 2024.

OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales. Formação de Professores para a Educação Profissional: concepções, contexto e categorias. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 47–64, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9680>. Acesso em: 19 jan. 2024.

ORSO, Paulino José. O desafio da formação do educador na perspectiva do marxismo. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, p. 58–73, abr. 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639895/7458>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SAVIANI, Demerval. Os saberes implicados na formação do educador. In: BICUDO, Maria Aparecida; SILVA JUNIOR, Celestino Alves (Orgs.). **Formação do educador: dever do Estado, tarefa da Universidade**. São Paulo: Unesp, 1996. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1212495/mod_resource/content/1/Texto%203%20Saviani_Os%20saberes%20implicados%20na%20forma%C3%A7%C3%A3o%20do%20educador.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

URBANETZ, Sandra Terezinha. Uma ilustre desconhecida: a formação docente para a educação profissional. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 12, n. 37, p. 863–883, set./dez. 2012. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v12n37/v12n37a13.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Bibliografia complementar:

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. Formação de Docentes para a Educação Profissional e Tecnológica: por uma pedagogia integradora da educação profissional. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, mai./ago. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8586>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CARNEIRO, Isabel Magda Said Pierre; CAVALCANTE, Maria Marina Dias; LOPES, Fátima Maria Nobre. Perspectivas para a formação didático pedagógica de bacharéis e tecnólogos. **Cadernos GPOSSHE On-line**, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/235714552.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MORAIS, João Kaio Cavalcante de; HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmiento. O professor licenciado na educação profissional: quais são os saberes docentes que alicerçam seu trabalho? **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 7, p. 66–74, 2016. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/3499>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PASQUALLI, Roberta; VIELLA, Maria dos Anjos Lopes; VIEIRA, Josimar de Aparecido. Desafio da docência na Educação Profissional e Tecnológica nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 39, e73172, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/JBS8tmBKd8gZhKNg8p6w68gq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PENA, Geralda Aparecida de Carvalho. Prática docente na educação profissional e tecnológica: os conhecimentos que subsidiam os professores de cursos técnicos. **Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, [s. l.], v. 8, n. 15, p. 79–94, 2016. Disponível em: <https://www.revformacaodocente.com.br/index.php/rbpf/article/view/142>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVA, Caetana Juracy Rezende; CARVALHO, Olgamir Francisco de. Aspectos epistemológicos e pedagógicos da educação profissional e tecnológica: implicações para a prática docente. **Linhas Críticas**, v. 22, n. 49, set–dez. 2016, p. 598–618. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1935/193551294006.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVA, Fernanda Rebeca Araújo da; CAMPOS, Alessandra Tomé Campos; SOUZA, Ana Cláudia Ribeiro de; LEAL, Davi Avelino; AZEVEDO, Rosa Oliveira Martins. Os saberes docentes para a formação de professores da educação profissional e tecnológica. **Educitec – Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, Manaus, Brasil, v. 1, n. 1, 2015. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/23>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVEIRA, Renê Trentin. A Relação Professor–aluno de uma Perspectiva Gramsciana. **Educação & Realidade**, v. 43, n. 1, p. 97–114, jan. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/QPNLhBM5344NYjGyWJMPvwP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SOUSA, Laura Maria Andrade de; MOURA, Maria da Glória Carvalho. A especificidade da docência na educação profissional e tecnológica: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 16, p. e7506, 2019. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/7506>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SOUZA, Francisco das Chagas Silva; RODRIGUES, Iaponira da Silva. Formação de professores para educação profissional no Brasil: percurso histórico e desafios contemporâneos. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 17, n. 2, p. 621–638, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8644682>. Acesso em: 20 jan. 2024.

VIEIRA, Marilandi Maria Mascarello. Formação de professores da educação profissional: análise de produções acadêmicas. **HOLOS**, [s. l.], v. 2, p. 243–258, 2018. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/3160>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Recursos educacionais:

URNAUER, Simone; URBANETZ, Sandra Terezinha. **Trabalho e Educação**: uma proposta de formação docente. Disponível em: <http://eduCAPES.CAPES.gov.br/handle/CAPES/432148>. Acesso em: 24 jan. 2024.

Unidade Temática: Práticas Educativas Integradoras na EPT: teorias e didáticas

Carga Horária: 30h

Objetivo:

- Discutir questões conceituais e de implementação da proposta de ensino integrado a partir de experiências práticas e de contribuições de pesquisadores que focalizam essa temática na EPT.

Ementa:

Ensino integrado como forma e conteúdo. A práxis como referência pedagógica do ensino integrado. A Integração como princípio de articulação entre teoria e prática, entre escolarização e profissionalização, entre saberes sociais e saberes científicos, entre diferentes disciplinas e áreas de saberes. Arranjos curriculares e ensino integrado. Estratégias de ensinar e de aprender que podem favorecer a formação integrada. A avaliação educacional sob a perspectiva de integração. Experiências inspiradoras de ensino integrado no Brasil contemporâneo.

Bibliografia básica:

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, [s. l.], v. 52, n. 38, p. 61–80, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7956>. Acesso em: 19 jan. 2024.

BRAGA, Ialê Falleiros; LOPES, Marcia Cavalcanti Raposo. Uma experiência pedagógica no ensino médio integrado: pesquisando os agentes comunitários de saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, [s. l.], v. 6, n. 2, 2022. Disponível em: <https://www.tes.epsjv.fiocruz.br/index.php/tes/article/view/1715>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>. Acesso em: 20 jan. 2024.

HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmiento; NASCIMENTO, José Mateus do. Sobre práticas integradoras: um estudo de ações pedagógicas na educação básica. **HOLOS**, [s. l.], v. 4, p. 63–76, 2015. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/3188>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Saberes tecnológicos, teoria da atividade e processos pedagógicos. **Trabalho & Educação**, v. 22, n. 1, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8933/6423>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Currículo Integrado. In: PEREIRA, Isabel; LIMA, Júlio César França. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/curint.html>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVA, Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da. Epistemologia da práxis na formação de professores: perspectiva crítico-emancipadora. **Revista Ciências Humanas**, v. 18, n. 2, p. 121–135, set./dez. 2017. Disponível em: <http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/2468>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Bibliografia complementar:

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; COSTA, Ana Maria Raiol da. Lições da experimentação do ensino médio integrado como projeto de emancipação. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 115–130, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9610>. Acesso em: 19 jan. 2024.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson do Socorro. Filosofia da Práxis e Ensino Integrado: para além da questão curricular. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 11–22, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8672php/trabedu/article/view/8672>. Acesso em: 19 jan. 2024.

CASTRO, Angeline Santos; DUARTE NETO, José Henrique. Ensino médio integrado à educação profissional e tecnológica: a relação entre o currículo integrado e a prática pedagógica docente. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 20, p. e11088, 2021. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/11088>. Acesso em: 20 jan. 2024.

COSTA, Breno Augusto da; MARTINS, Adriano Eurípedes Medeiros. Lógica dialética e educação: um estudo introdutório a partir do pensamento de Álvaro Vieira Pinto. **Educ Pesqui [Internet]**. 2019; 45:e188483. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201945188483>. Acesso em: 20 jan. 2024.

GONÇALVES, Lúcia Xavier; MOURA, Dante Henrique; TAVARES, Andrezza Maria Batista do Nascimento. Currículo integrado na Educação Profissional. **Revista Faculdade Famen – Reffen**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 130–141, 2023. Disponível em: <https://revistafamen.com.br/index.php/revistafamen/article/view/85>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MACHADO, Ilma Ferreira; SILVA, Rose Márcia da; SOUZA, Maria de Lourdes Jorge de. Avaliação de aprendizagem nos contornos do currículo integrado no ensino médio. **Cad CEDES [Internet]**. 36(99), p. 207–21, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/QpfvxFsPjgZ93xKngG9MPHv/?lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MORAIS, Jaciária de Medeiros; SOUZA, Ana Paula; COSTA, Temilson. A relação teoria e prática: investigando as compreensões de professores que atuam na educação profissional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 12, p. 111–124, 2017. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/5720>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PARASKEVA, João Menelau; GARDIN, Luís Armando; HYPOLITO, Álvaro Moreira. A imperiosa necessidade de uma teoria e prática pedagógica radical crítica: Diálogo com Jurjo Torres Santomé. **Currículo sem Fronteiras**, v. 4, n. 2, p. 5–32, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://jurjotorres.com/?p=4138>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PASQUALLI, Roberta.; SILVA, Vosnei da; SILVA, Adriano Larentes da. Limites e potencialidades de materialização do currículo integrado: uma análise dos planos de ensino e diários de classe. **Revista Contexto & Educação**, [s.l.], v. 34, n. 109, p. 104–120, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/7631>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PAULA, Joaracy Lima de Paula; HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmiento. Educação ambiental na educação profissional: caminhando em direção à formação humana integral. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, [s. l.], v. 2, n. 5, 2020. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/844>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVA, Luzinete Moreira da; MELO, Ticiane Gonçalves Sousa de Melo; NASCIMENTO, José Mateus do. Ensino Médio integrado e práticas pedagógicas integradoras: caminhos para a formação humana integral. **Revista Brasileira da Educação Profissional Tecnológica**, v. 1, n. 8, out. 2015. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/3560>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Recursos educacionais:

AGNOLIN, Sandra Lígia; ESCOTT, Clarice Monteiro. **Reformulação de Proposta Curricular de Cursos do Ensino Médio Integrado**: um caminho possível para a integração curricular. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2022. Disponível em: <https://educAPES.CAPES.gov.br/handle/CAPES/741169>. Acesso em: 09 jan. 2024.

LOPES FILHO, Evandro José Branches; SALAZAR, Deuzilene Marques. **Potencializando o ensino médio integrado**: um catálogo de produtos educacionais do ProfEPT. Manaus, 2021. Disponível em: <http://educAPES.CAPES.gov.br/handle/CAPES/642665>. Acesso em: 25 jan. 2024.

Unidade Temática: Práticas Educativas Inclusivas na EPT: teorias e didáticas

Carga Horária: 30h

Objetivo:

- Estimular debates sobre como as diversidades se apresentam no mundo do trabalho, nas relações sociais e na Educação Profissional e Tecnológica considerando as possibilidades de superação das práticas excludentes, discriminatórias e racistas.

Ementa:

A educação inclusiva como estratégia de garantia do direito à educação. Diversidade como dimensão constitutiva da condição humana, alteridade e direitos humanos. Educação inclusiva: os enfoques da inclusão e da integração. Desigualdades e diferenças na Educação Profissional e Tecnológica: classe, gênero, raça, etnia, geração, pessoas com deficiência, indígenas, comunidades tradicionais, migrantes. A Educação Profissional e Tecnológica como espaço de interação social, de natureza multi e intercultural. A construção da Educação Profissional e Tecnológica com base na(s) diversidade(s) de pessoas, modos de vida e culturas. A legislação brasileira referente à inclusão escolar. Experiências inspiradoras de combate aos preconceitos e de afirmação dos direitos na Educação Profissional e Tecnológica.

Bibliografia básica:

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. Ensino médio brasileiro: dualidade, diferenciação e desigualdade social. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 26, n. 4, p. 107–122, 2019. Disponível em:

<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/13051>.

Acesso em: 20 jan. 2024.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Trabalho e educação nas disputas por projetos de campo. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 21, n. 3, p. 81–93, 2013. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9092>. Acesso em: 19 jan. 2024.

AZEVEDO, Gustavo Maurício Estevão. Incluir é sinônimo de dignidade humana. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 46–53, 2015. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2868>. Acesso em: 30 jan. 2024.

GONÇALVES, Suênia Cavalcante Pereira; CAVALCANTE, Ilane Ferreira. Um estado do conhecimento sobre a inclusão da pessoa com deficiência na educação profissional a partir do NAPNE/IFRN. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 2, n. 23, p. e15579, 2023. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/15579>. Acesso em: 30 jan. 2024.

GROPPO, Luís Antonio; SILVEIRA, Isabella Batista. Juventude, classe social e política: reflexões teóricas inspiradas pelo movimento das ocupações estudantis no Brasil. **Argumentum**, v.12, n.1, p. 7–21, 2020. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/ocupacoessecundaristas/wp-content/uploads/sites/207/2021/08/20.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

LOPES, Sabrina Fernandes Pereira; QUIRINO, Raquel. Relações de Gênero e Sexismo na Educação Profissional e Tecnológica. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 10, n. 36, p. 58–71, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.utfpr.edu.br/cgt/article/viewFile/7676/4796>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PAIXÃO, Márcia Valéria; MOREIRA, Ruth Mari; FRANDJI, Welington dos Santos. A educação profissional e tecnológica como um dos alicerces para a garantia dos direitos humanos: um resgate histórico nessa relação. **Revista SCIAS. Direitos Humanos e Educação**, Belo Horizonte/MG, v. 5, n. 2, p. 60–79, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/sciasdireitoshumanoseducacao/article/view/7113/4401>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SANTOS, Degmar dos; HERINGER, Nídia; WIESE, Iria Raquel Borges; SILVA, Mario Rodrigues da. A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica indo além do tecnicismo: um estudo de questões de gênero e relações étnico-raciais nos PDIS. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)**, v.7, n.17, p. 102–121, 2015. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/74>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SANTOS, Elza Ferreira; SANTOS, Ieda Fraga; NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. Relações de gênero e educação profissional: a presença das mulheres. **Educ. Teoria Prática**, Rio Claro, v. 30, n. 63, 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-81062020000100094&script=sci_arttext. Acesso em: 20 jan. 2024.

VIANA, Priscila Ribeiro; MAGALHÃES, Luciana de Oliveira Rocha. Estratégias anticapacitistas na educação profissional: concepções que estruturam a escola e a sociedade. **Revista Ciências**

Humanas, [s. l.], v. 16, n. 2, 2023. Disponível em:
<https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/993>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Bibliografia complementar:

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; SILVA, Luciane Teixeira da. A formação por alternância: uma proposta em movimento e em disputa. **Educação e Sociedade**, v. 44, p. e267799, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.267799>. Acesso em: 20 jan. 2024.

BRASIL. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Educação Profissional e Tecnológica Integrada à Educação Escolar Indígena. **Documento Base**. 2007. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/SETEC/arquivos/pdf2/proeja_indigena.pdf. Acesso em: 30 jan. 2024.

FERRETTI, Celso João; ZIBAS, Dagmar Maria Leopoldi; TARTUCE, Gisela Lobo B. P. Protagonismo juvenil na literatura especializada e na reforma do ensino médio. **Cad. Pesqui.** [online], v. 34, n. 122, pp.411–423, 2004. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/cp/a/CfWXW5h9BRT5twmQQhJpRnM/?lang=pt#>. Acesso em: 20 jan. 2024.

GROPPO, Luís Antonio. Sentidos de juventude na sociologia e nas políticas públicas do Brasil contemporâneo. **Revista de Políticas Públicas**, v. 20, n. 1, p. 383–402, 2016. Disponível em:
<https://doi.org/10.18764/2178-2865.v20n1p383-402>. Acesso em: 20 jan. 2024.

HONORATO, Tony. Infância, escola e desigualdade social no Brasil. **Revista (Con) Textos Linguísticos**, v. 10, n. 15, 2016. Disponível em:
<https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/13503>. Acesso em: 20 jan. 2024.

OLIVEIRA, Ilzimar Gloria Ferreira; TEIXEIRA, Ana Maria Freitas. Espaços alternativos de educação para o trabalho, formação e prática dos educadores em contextos de vulnerabilidade social. **Revista LABOR**, Fortaleza, v. 2, n. 24, p. 228–251, jul./dez. 2020. Disponível em:
https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/59581/1/2020_art_igoliveiraamfteixeira.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

SANTOS, Iraneide Nascimento dos; SILVA NETA, Maria de Lourdes da; SANTOS, Carolina da Franca Bandeira Ferreira. Relações étnico-raciais na educação profissional e tecnológica: uma revisão integrativa. **SciELO Preprints**, 2022. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4651>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SANTOS, Simone Valdete dos; MÜLLING, Juliana da Cruz. A presença de estudantes indígenas na educação profissional e tecnológica. **Revista Educação** (PUCRS), v. 42, n. 3, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2019.3.33245>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SOUZA, Ana Cláudia Ribeiro de; NICOLAU, Paulo Roberto Arce. A educação profissional e tecnológica indígena: travessia para a politécnica universal. **Revista Labor**, [s. l.], v. 1, n. 23, p. 244–259, 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/44563>. Acesso em: 19 jan. 2024.

Recursos educacionais:

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. **Saberes da Juventude Amazônia**: um documentário sobre as experiências de jovens egressos da Casa Familiar Rural de Gurupá-Pa. Youtube, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YCd7rgjLXxU>. Acesso em: 20 jan. 2024.

ARAUJO, Claudilena Corrêa; FERNANDES, Déa Nunes. **Proposta didática para estudo de gênero-trabalho-poder na EPT**. Maranhão: IFMA/ProfEPT, 2021. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/CAPES/703071>. Acesso em: 11 jan. 2024.

OLIVEIRA, Helder Felipe de; PRESTES, Liliane Madruga. **Juventudes negras, educação profissional e mundo do trabalho**: guia de atividades com oficinas de Letramento Racial para a promoção de uma Educação Antirracista no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. Porto Alegre, RS: IFRS/ProfEPT, 2023. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/CAPES/732698>. Acesso em: 11 jan. 2024.

MEDEIROS, Milene Soares de; SANTOS, Elza Ferreira. **LGBT e trabalho**: uma jornada de conquista e liberdade. EduCAPES, 2020. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/CAPES/568184>. Acesso em: 25 jan. 2024.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Aprisionados por promessas a escravidão contemporânea no campo brasileiro**. EduCAPES, [2006–2008]. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/CAPES/489528>. Acesso em: 25 jan. 2024.

Unidade Temática: Práticas Educativas na EJA–EPT: teorias e didáticas

Carga Horária: 30h

Objetivo:

- Propiciar subsídios para a compreensão dos marcos históricos, políticos e legais da Educação Profissional e Tecnológica articulada com a Educação de Jovens e Adultos e dos referenciais pedagógicos emancipatórios para a atuação docente nesse campo.

Ementa

: O direito à educação na legislação brasileira com ênfase na Educação de Jovens e Adultos. A diversidade dos sujeitos que participam da Educação de Jovens e Adultos em diferentes contextos sociais e culturais. Processos cognitivos e culturais da aprendizagem dos jovens e adultos. Diferentes possibilidades de materialização dos currículos integrados nos ensinos fundamental e médio da EJA articulada com a EPT. A experiência do Proeja. Procedimentos metodológicos específicos para se trabalhar a aprendizagem em EJA articulada com a EPT. Propostas de avaliação da aprendizagem que contemplem as especificidades dos sujeitos da EJA. Experiências inspiradoras de docência na EJA–EPT.

Bibliografia básica:

ARANHA, Antônia Vitória Soares. Andragogia: avanço pedagógico ou “pedagogia de resultados” na educação profissional de alunos adultos/ trabalhadores?. **Educação em Revista**, v. 18, n. 36, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/44949>. Acesso em: 19 jan. 2024.

ARANHA, Antônia Vitória Soares. Relação entre o conhecimento escolar e o conhecimento produzido no trabalho: dilemas da educação do adulto trabalhador. **Trabalho & Educação**,

Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 103–114, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8978>. Acesso em: 19 jan. 2024.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens–adultos populares? **REVEJ@ – Revista de Educação de Jovens e Adultos**, v. 1, n. 0, p. 1–108, ago. 2007. Disponível em: <https://nedeja.uff.br/wp-content/uploads/sites/223/2020/05/Balano-da-EJA-MiguelArroyo.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2024.

HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmiento; NASCIMENTO, José Mateus do. Sobre práticas integradoras: um estudo de ações pedagógicas na educação básica. **HOLOS**, [s. l.], v. 4, p. 63–76, 2015. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/3188>. Acesso em: 31 jan. 2024.

MOURA, Dante Henrique; HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmiento. PROEJA: entre desafios e possibilidades. **HOLOS**, [s. l.], v. 2, p. 114–129, 2012. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/914>. Acesso em: 18 jan. 2024.

OLIVEIRA, Betty Oliveira; DUARTE, Newton. Alguns obstáculos crônicos da educação de jovens e adultos. **Em Aberto**, v. 5, n. 30, p. 1986. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/1957>. Acesso em: 19 jan. 2024.

PAIVA, Jane. Histórico da EJA no Brasil: descontinuidades e políticas públicas insuficientes. **PROEJA: formação técnica integrada ao ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, Boletim 16, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/SETEC/arquivos/pdf2/boletim_salto16.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVA, Gercivania Gomes da; OLIVEIRA, Francisco Kelsen de. Material didático utilizado na Educação Profissional de Jovens e Adultos: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Semiárido De Visu**, [s. l.], v. 9, n. 3, p. 335–343, 2021. Disponível em: <https://semiariododevisu.ifsertao-pe.edu.br/index.php/rsdv/article/view/308>. Acesso em: 20 jan. 2024.

HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmiento; SILVA, José Moisés Nunes da; BARACHO, Maria das Graças. Práticas pedagógicas de integração no PROEJA–IFRN: o que pensam professores e estudantes. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 36, n. 2, p. 451–468, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/16717>. Acesso em: 19 jan. 2024.

VIELLA, Maria dos Anjos Lopes; SPESATTO, Marizete Bortolanza; ALMEIDA, Pamela de. Com o coração na mão! A avaliação e autoavaliação na educação de jovens e adultos. **PerCursos**, Florianópolis, v. 16, n. 31, p. 6–27, 2015. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724616312015006>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio / Ensino Médio**. Documento Base. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/SETEC/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf. Acesso em: 30 jan. 2024.

BRASIL. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. **Formação inicial e continuada/ensino fundamental**. Documento Base. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/SETEC/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf. Acesso em: 30 jan. 2024.

GODINHO, Ana Cláudia Ferreira; EGGERT, Edla. Escola e mundo do trabalho: (des)encontro de saberes na experiência escolar de estudantes de EJA integrada à educação profissional. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 197–208, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9231>. Acesso em: 19 jan. 2024.

HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmiento. O Proeja e a reforma do ensino médio (Lei nº 13.415/2017). **HOLOS**, [s. l.], v. 3, p. 289–302, 2018. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/7024>. Acesso em: 20 jan. 2024.

OLIVEIRA, Luciano; FERREIRA, Maria José de Resende. A questão étnico-racial e a Educação de Jovens e Adultos. **Revista Eletrônica Debates em Educação Científica e Tecnológica**, v.2, n.1, p.77–86, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.36524/dect.v2i01.27>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Recursos educacionais:

SILVA, Adriana Barbosa da; VENTURA, Jaqueline Pereira; MARTINS, Shênia Mineiro *et al.* **Caminhos por onde andei - EJA - Iramaia**. Youtube, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=H6pdhMfES-Y>. Acesso em: 28 jan. 2024.

Unidade Temática: Práticas Educativas para a Permanência e Êxito Discentes na EPT: teorias e didáticas

Carga Horária: 30h

Objetivo:

- Discutir os fatores da evasão e do abandono discentes na EPT brasileira, dentre eles os de ordem pedagógica, e como os professores dessa modalidade educacional podem contribuir para fazer face a tais problemas considerando as perspectivas das estratégias de permanência e de êxito para a emancipação dos alunos.

Ementa:

Evasão e abandono escolares na EPT brasileira: fatores e possíveis consequências. A permanência como objeto de estudo. Como se caracterizam o sucesso e o fracasso escolares na EPT de acordo com as perspectivas de docentes. Desprestígios de saberes e das culturas dos educandos e inadequação de currículos e de métodos como fatores desfavoráveis às práticas educativas na EPT. O adoecimento e o sofrimento estudantil. Processos pedagógicos potencializadores da permanência e do êxito de discentes na Educação Profissional e Tecnológica. O acolhimento e a integração como fatores de permanência. As políticas e os programas de permanência na EPT. Ações institucionais e de docentes que podem inspirar e subsidiar iniciativas de permanência e de êxito acadêmico na EPT.

Bibliografia básica:

CARMO, Gerson Tavares do; SILVA, Cristiana Barcelos da. Da evasão/fracasso escolar como objeto sociomidiático à permanência escolar como objeto de pesquisa: o anúncio de uma

construção coletiva. In: CARMO, Gerson Tavares do (Org). **Sentidos da Permanência na Educação**: o anúncio de uma construção coletiva. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2016, p. 43–78. Disponível em:

http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/permanencia_livro_revisaojane.pdf. Acesso em: 31 jan.2024.

CARMO, Gerson Tavares do; ARÊAS, Carlos Artur Carvalho; ARÊAS, Heise Cristine Aires. ENSAIO: luzes e sombras sobre o objeto permanência na educação. In: FREITAS, Marinaide; CARMO, Gerson Tavares do; SILVA, Jailson Costa da; MARINHO, Paulo; TORRES, Andressa Marques. **Raízes investigativas II**: a gramática da permanência na educação. São Carlos: Pedro e João Editores, 2022. Disponível em:

<https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/raizes-investigativas-ii-a-gramatica-da-permanencia-na-educacao/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

COSTA, Zora Yonara Torres; RODRIGUES, Marlene Teixeira. Serviço Social, Educação Profissional e Questão Racial: os desafios do acesso e permanência. **Temporalis**, v. 20, n. 40, p. 268–283, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2020v20n40p268-283>. Acesso em: 20 jan. 2012.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cad Pesqui** [Internet], v. 41, n. 144, p. 770–89, set. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742011000300007>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVA, Jéssica Petronilha da; FEITOSA, Lígia Rocha Cavalcante; CORD, Denise. Matizes do acolhimento no ensino superior: apontamentos sobre o estado da arte. **Psicologia, Educação e Cultura**, v.XXVI, n. 2, set. 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/42123>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVA, Marcel Freire da; DIAS, Vagno Emygdio Machado. Educação integrada e adoecimento estudantil na Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 2, n. 22, p. e11670, 2022. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/11670>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVEIRA, Renê Trentin. A relação professor–aluno de uma perspectiva Gramsciana. **Educação & Realidade**, v. 43, n. 1, p. 97–114, jan. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/QPNLhBM5344NYjGyWJMPvwp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2012.

Bibliografia complementar:

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; SILVA FILHO, Raimundo Barbosa; COSTA, Ana Maria Raiold. O olhar do aluno–trabalhador sobre evasão e permanência na educação técnica. **Educação**, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 127–137, jan.–abr. 2019. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/reveduc/v42n1/1981-2582-reveduc-42-01-0127.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CARMO, Gerson Tavares do (Org). **Sentidos da Permanência na Educação**: o anúncio de uma construção coletiva. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2016. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/permanencia_livro_revisaojane.pdf. Acesso em: 31 jan.2024.

CAVALCANTE, Anne Victoria Castro de Moura; SILVA, Alessandro Carneiro da; MENEZES, Aline Beckmann de Castro. Ensino Remoto Emergencial: a perda do sentimento de pertencimento à

universidade. **Revista Entreideias: Educação, Cultura E Sociedade**, v. 13, p. 107–123, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/re.v13i02.50893>. Acesso em: 20 jan. 2024.

FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos; ESCOTT, Clarice Monteiro; MACHADO, Lucília Regina de Souza. Permanência e Êxito de Mulheres na EJA–EPT: possibilidades de desafios do IFRS. **Plurais – Revista Multidisciplinar**, v. 7, p. 1–22, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/14053/9704>. Acesso em: 17 jan. 2024.

FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos; MACHADO, Lucília Regina de Souza; ESCOTT, Clarice Monteiro. Trabalho, educação e cultura nas fronteiras entre o urbano e o campo. **Educação, Sociedade & Culturas**, Portugal, Porto, n. 64., 2023. Disponível em: <https://www.up.pt/revistas/index.php/esc-ciie/article/view/482>. Acesso em: 10 jan. 2024.

FRIAS, Cláudia Helena Martins; GOMES, Mariana Sá Alcantara. O acolhimento de alunos no curso de pedagogia: reflexões e estratégias para uma experiência dialógica e inclusiva. **RevistAleph**, Niterói, v. 3, n.º 39, p. 109–127, dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistaleph/article/view/54670>. Acesso em: 20 jan. 2024.

HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmento. Fatores de permanência escolar no IFRN: um olhar sobre cursos PROEJA. In: CARMO, Gerson Tavares do (Org). **Sentidos da Permanência na Educação: o anúncio de uma construção coletiva**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 133–152, 2016. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/permanencia_livro_revisaojane.pdf. Acesso em: 31 jan. 2024.

PACHECO, Fabiane do Amaral; NONENMACHER, Sandra Elisabet Bazana; CAMBRAIA, Adão Caron. Adoecimento mental na educação profissional e tecnológica: o que pensam os estudantes concluintes de cursos técnicos integrados. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 18, p. e9173, 2020. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9173>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PEREIRA, Tulyana Coutinho Bento; PASSOS, Guiomar de Oliveira Passos. Avaliação da política de assistência estudantil na educação profissional de nível técnico: análise dos indicadores de evasão e retenção no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) – Campus Teresina Central. **Cadernos de Educação UFPEL**, n. 57, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/educacao/article/view/5337>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVA, Francislene Rosas da; SILVA, Ronegildo de Souza; CALIXTO, Patrícia Mendes; AZEVEDO, José Marlo Araújo de. Acolhimento institucional e integração docente: articulação necessária ao início da docência na educação profissional no extremo oeste da Amazônia. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v.4 (Especial), p. 165–189, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36524/profept.v4iEspecial.639>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Recursos educacionais:

CONCEIÇÃO, Antônio Marcos Soares; MACHADO, Veruska Ribeiro. **Boas Práticas: a inclusão e a permanência do estudante com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, DF.: IFB/ProfEPT, 2023. Disponível em: <https://eduCAPES.CAPES.gov.br/handle/CAPES/740501>. Acesso em: 10 jan. 2024.

GARCIA, Fernanda Corrêa; SPESSATTO, Marizete Bortolanza. **Guia de redução da evasão na EPT**. Florianópolis: Instituto Federal de Santa Catarina/CERFEAD, 2020. Disponível em: <https://eduCAPES.CAPES.gov.br/handle/CAPES/574306>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MONTEIRO, Cátia Maria Alves; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro. **Acolher para incluir: o acolhimento como prática na cultura escolar inclusiva**. Blumenau: IFC/ProfEPT, 2020. Disponível em: <https://eduCAPES.CAPES.gov.br/handle/CAPES/574365>. Acesso em: 17 jan. 2024.

NITSCHKE, Alessandra; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro. **Utilização de informações de e sobre egressos para o acompanhamento, avaliação e reformulação de cursos de ensino médio integrado**. Blumenau: IFC/ProfEPT, 2021. Disponível em: <https://eduCAPES.CAPES.gov.br/handle/CAPES/600482>. Acesso em: 17 jan. 2024.

SOUSA, Maria da Graça do Nascimento de; FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos. **Manual de Prevenção à Evasão dos Estudantes dos Cursos Médio Técnico da Rede Federal de Ensino: conhecer para permanecer**. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2020. Disponível em: <https://eduCAPES.CAPES.gov.br/handle/CAPES/575059>. Acesso em: 10 jan. 2024.

Unidade Temática: A Pesquisa e a Extensão no Trabalho Pedagógico da EPT: teorias e didáticas

Carga Horária: 30h

Objetivo:

- Discutir conceitos e formas de operacionalizar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, os motivos pelos quais ela deve ser implementada no trabalho pedagógico, dentre eles como estratégia para a formação contínua do docente da EPT e a ampliação do significado social dessa modalidade educacional.

Ementa:

A importância da pesquisa e da extensão no trabalho pedagógico da EPT para o enriquecimento do ensino e da aprendizagem, a integração de saberes e de experiências, o compartilhamento de saberes de diferentes origens e estatutos epistemológicos, a realização de inovações pedagógicas, científicas e de gestão, a ampliação da inserção social da EPT. A pesquisa como princípio pedagógico. A integração entre educação, trabalho, ciência, tecnologia e cultura como estratégia de superação da cisão entre teoria e prática. Históricos, particularidades e experiências inspiradoras na operacionalização da unicidade entre ensino, pesquisa e extensão na EPT.

Bibliografia básica:

DAMIANI, Magda Floriana; ROCHEFORT, Renato Siqueira; CASTRO, Rafael Fonseca de; DARIZ, Marion Rodrigues; PINHEIRO, Sílvia Siqueira. Discutindo pesquisas do tipo intervenção pedagógica. **Cadernos de Educação**, n. 45, p. 57–67, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/3822>. Acesso em: 20 jan. 2024.

FERREIRA, Ilane Cavalcante; HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmento. A experiência da pesquisa na formação docente: unindo teoria à prática. **Revista Brasileira da Educação Profissional e**

Tecnológica, [s. l.], v. 1, n. 12, p. 16–35, 2017. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/5730>. Acesso em: 20 jan. 2024.

FREITAS, Rony. Produtos educacionais na área de ensino da CAPES: o que há além da forma? **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 5, n. 2, p. 5–20, 2021. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/1229>. Acesso em: 20 jan. 2024.

VALER, Salete; BROGNOLI, Ângela; LIMA, Laura. A pesquisa como princípio pedagógico na Educação Profissional Técnica de Nível Médio para a Constituição do ser social e profissional. **Forum linguístic**, Florianópolis, v. 14, n. 4, p. 2785–2803, out./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2017v14n4p2785/35788>. Acesso em: 20 jan. 2024.

VIEIRA, Josimar de Aparecido; VIEIRA, Marilandi Maria Mascarello; PASQUALLI, Roberta; CASTAMAN, Ana Sara. Ensino com pesquisa na educação profissional e tecnológica: noções, perspectivas e desafios. **Rev. Tempos Espaços Educ.**, São Cristóvão, Sergipe, v. 12, n. 29, p. 279–298, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8640921>. Acesso em: 20 jan. 2024.

OLIVEIRA, João Paulo de; COSTA, Conceição Leal da. O papel da extensão na formação de estudantes do IFRN (*Campus Mossoró*): reflexões em torno de educação para a cidadania a partir de um estudo de caso. In: SANTOS, Simone Costa Andrade; CAVALCANTE, Ilane Ferreira; LEMOS, Elizama das Chagas; FERREIRA, Maria da Conceição; COSTA, Monteiro Leal (Orgs). **Educação e Sociedade**: formação profissional, educação a distância e tecnologias. São Luís, MA: IFMA, 2020, p. 225–262. Disponível em: [4.Educacao-e-Sociedade.pdf](#). Acesso em: 02 fev. 2024.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, Márcia Maria Pereira de; CONCEIÇÃO, Gabriel Luís da. Os espaços do conhecimento e a tríade ensino–pesquisa–extensão na educação profissional e tecnológica. **Revista Valore**, Volta Redonda, v. 7, p. 2–7044, 2022. Disponível em: <https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/982>. Acesso em: 20 jan. 2024.

ARBEX, Quêren dos Passos Freire; ARAÚJO, Cláudia Helena dos Santos. Práticas educativas e as tecnologias na tríade Ensino, Pesquisa e Extensão no Ensino Médio Integrado dos Institutos Federais. **Revista Anápolis Digital**, v. 9, n. 2, 2019. Disponível em: <https://portaleducacao.anapolis.gov.br/revistaanapolis/?p=180>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MAGALHÃES, Guilherme Lins de; CASTIONI, Remi. A EPT sob a metodologia da alternância: a experiência do IF Brasília – *Campus Planaltina*. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 1, n. 1, p. 71–87, 3 ago. 2016. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/2199>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MARQUES, Maristela Beck; VIEIRA, Josimar de Aparecido. Indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão na prática profissional do ensino médio integrado à educação profissional. **Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFRS**, v. 7 n. 1, Ed. Esp. 4º Seminário de Pós-Graduação do IFRS, p. 187–202, jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/ScientiaTec/article/view/4131>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Recursos educacionais:
<p>COUTO, Andressa Freire Ramos; CAVALARI JÚNIOR, Octávio. O guia indissociável entre ensino, pesquisa e extensão: dialogando sobre uma prática integradora. ES: Ifes/ProfEPT, 2020. Disponível em: https://eduCAPES.CAPES.gov.br/handle/CAPES/585582. Acesso em: 20 jan. 2024.</p> <p>FERREIRA, Rosângela; FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos; SONZA, Andréa Poletto. Curricularização da Extensão: um olhar institucional. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2022. Disponível em: https://eduCAPES.CAPES.gov.br/handle/CAPES/717686. Acesso em: 09 jan. 2024.</p> <p>MARQUES, Maristela Beck; VIEIRA, Josimar de Aparecido. Prática profissional integrada: ensino, pesquisa e extensão no ensino médio integrado. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2020. Disponível em: https://eduCAPES.CAPES.gov.br/handle/CAPES/574846. Acesso em: 09 jan. 2024.</p>

Unidade Temática: Projetos Político-Pedagógicos, planos de ensino e avaliação da EPT: teorias e didáticas
Carga Horária: 30h
Objetivo:
<ul style="list-style-type: none"> • Esclarecer, sensibilizar e capacitar os cursistas à participação ativa e crítica nos processos de formulação, de avaliação e de reformulação de projetos político-pedagógicos e de planos de ensino destinados ao desenvolvimento da EPT.
Ementa:
<p>A participação do docente da EPT nos processos de formulação, de avaliação e de reformulação de projetos político-pedagógicos e planos de ensino. A importância desses instrumentos e dessa participação para o alcance satisfatório dos objetivos e das finalidades da EPT. A análise do docente da EPT acerca de sua atuação no cotidiano da EPT na perspectiva da autocrítica ética e criativa. A avaliação institucional e escolar na EPT. Experiências inspiradoras sobre a participação de docentes da EPT na formulação, avaliação e reformulação de projetos político-pedagógicos e de planos de ensino.</p>
Bibliografia básica:
<p>ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. Organização do trabalho pedagógico e ensino integrado. <i>In:</i> ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. Práticas pedagógicas e ensino integrado [recurso eletrônico]. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, Coleção formação pedagógica, v. 7, 2014. Disponível em: https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Praticas-pedagogicas-e-ensino-integrado.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.</p> <p>CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise Nogueira. A “era das diretrizes”: a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. Revista Brasileira de Educação [online], v. 17, n.49, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782012000100002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 jan. 2024.</p>

DUARTE, Newton. A catarse na didática da pedagogia histórico-crítica. **Pro-Posições** [Internet], v. 30, p. e20170035, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2017-0035>. Acesso em: 20 jan. 2024.

FERRETTI, Celso João. Problemas institucionais e pedagógicos na implantação da reforma curricular da Educação Profissional técnica de nível médio no IFSP. **Educação & Sociedade**, v.32, n. 116, p. 789-806, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v32n116/a10v32n116.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

FREITAS, Luiz Carlos de. Avaliação: para além da “forma escola”. **Educ. Teoria Prática**, Rio Claro, v. 20, n. 35, dez. 2010. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81062010000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 jan. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio; ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. Práticas pedagógicas e ensino integrado. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda, p. 249-266, 2018. Disponível em: https://proen.ifes.edu.br/images/stories/Institutos_Federais_de_Educa%C3%A7%C3%A3o_Ci%C3%A4ncia_e_Tecnologia_-_Rela%C3%A7%C3%A3o_com_o_Ensino_M%C3%A9dio_Integrado_e_o_Projeto_Societ%C3%A1rio_de_Developmento.pdf. Acesso em: 05 fev. 2024.

WACHOWICZ, Lílian Anna. **Avaliação da aprendizagem profissional** [recurso eletrônico]. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, Coleção formação pedagógica, v. 9, 2014. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Avaliacao-da-aprendizagem-profissional.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Bibliografia complementar:

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; COSTA, Ana Maria; SANTOS, Manuela Tavares. Organização do trabalho pedagógico e ensino integrado. **Revista Trabalho Necessário**, v. 11, n. 17, 2013. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/8453>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CAMPOLIN, Luciane da Costa; RAIMUNDO, Gislene Miotto Catolino. A Avaliação da aprendizagem na Educação Profissional e Tecnológica: uma análise das práticas avaliativas nos cursos técnicos subsequentes no IFSC – Campus Caçador. **Educação Profissional E Tecnológica Em Revista**, v. 6, n. 1, p. 113-134, 2022. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/721>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MACHADO, Ilma Ferreira; SILVA, Rose Márcia da; SOUZA, Maria de Lourdes Jorge de. Avaliação de aprendizagem nos contornos do currículo integrado no ensino médio. **Cad CEDES** [Internet], v. 36, n.99, p. 207-21, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622016160336>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PENA, Geralda Aparecida de Carvalho. Prática docente na educação profissional e tecnológica: os conhecimentos que subsidiam os professores de cursos técnicos. **Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, [s. l.], v. 8, n. 15, p. 79-94, 2016. Disponível em: <https://www.revformacaodocente.com.br/index.php/rbpf/article/view/142>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; SCHONS, Manuir; SOUZA, Maria José Carvalho de. Utilização das estratégias de ensino-aprendizagem na educação profissional e tecnológica. **Revista**

Dynamis, [s.l.], v. 23, n. 1, p. 40–57, jan. 2018. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/dynamis/article/view/6754>. Acesso em: 20 jan. 2024.

VARGAS, Francisco Beckenkamp. Trabalho, emprego, precariedade: dimensões conceituais em debate. **Cad. CRH**, v. 29, n.77, p. 313–331, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/VTKszS8VFPTzDbzJkpQCRMp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2024.

VIEIRA, Marilandi Maria Mascarello; ARAÚJO, Maria Cristina Pansera de; VIEIRA, Josimar de Aparecido. Práticas formativas na educação profissional: a emergência de uma didática específica? **Revista Espaço Pedagógico**, [s. l.], v. 27, n. 1, p. 186–202, 2020. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/10581>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Recursos educacionais:

ALENCAR, Rendrikson Gonçalves; GOMES, Jarbas Mauricio. **Gestão Democrática na EPT:** espaços de participação de pais ou responsáveis. Maceió: IFAL/ProfEPT, 2023. Disponível em: <https://eduCAPES.CAPES.gov.br/handle/CAPES/740836>. Acesso em: 09 jan. 2024.

BORGES, Nieysila Simara da Silva Castro; SALAZAR, Deuzilene Marques. **Proposta de avaliação institucional interna para a EPTNM.** Disponível em: <https://eduCAPES.CAPES.gov.br/handle/CAPES/552778>. Acesso em: 09 jan. 2024.

FAGUNDES, Fabiana Centeno.; ESCOTT, Clarice Monteiro. **Guia de Autoavaliação Institucional para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT):** contribuições para um percurso democrático, participativo e institucional. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifrs.edu.br/handle/123456789/421>. Acesso em: 08 jan. 2024.

KELLER, Fabiana de Oliveira; ESCOTT, Clarice Monteiro. **Vamos avaliar?** proposta de avaliação institucional participativa e emancipatória da política institucional para os cursos de ensino médio integrado do IFRS. Porto Alegre, RS: IFRS/ProfEPT, 2022. Disponível em: <https://eduCAPES.CAPES.gov.br/handle/CAPES/741166>. Acesso em: 09 jan. 2024.

8 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso tem carga horária de 60h, dividida em três momentos (conforme exposto adiante), com a seguinte ementa:

- **Ementa:** Com base nas indicações do Plano de Formação elaborado no primeiro momento, espera-se que, ao final do curso, o aluno apresente um Relatório de Pesquisa, fruto de um processo iniciado no começo do curso a partir de uma questão problematizadora. Ao final desta unidade temática,

dividida em três partes, o discente deverá concluir o seu relatório final de pesquisa.

O TCC deverá ter o formato de Relatório de Formação a ser construído ao longo do curso, resultante de um Plano de Formação proposto pelo/a discente, ao término das unidades temáticas do Núcleo Comum (TCC I), em diálogo com o/a seu/sua orientador/a, que articule o seu percurso formativo a uma situação real e socialmente relevante da docência na EPT. A execução desse componente curricular ocorrerá ao longo de todo o percurso formativo do/a discente, em três momentos, com finalidades específicas:

- **Primeiro momento - TCC I** (15h): acontecerá após a conclusão das unidades temáticas do núcleo comum com o objetivo de elaborar o Plano de Formação, a partir da definição de um tema de interesse.
- **Segundo momento - TCC II** (15h): acontecerá após a conclusão das unidades temáticas do núcleo específico com o propósito de elaborar um breve inventário dos estudos já realizados sobre o tema, privilegiando os que se articulam diretamente ao problema construído e, se necessário, revisar o Plano de Formação considerando o inventário construído e as sistematizações realizadas.
- **Terceiro momento - TCC III** (30h): elaboração do Relatório de Formação (TCC).

Para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, tomam-se como premissas a mudança social como objetivo fundamental da educação e a não equivalência da formação do/a educador/a a “fornecer-lhe um conjunto de indicações práticas, mas armá-lo de modo que ele próprio seja capaz de criar um bom método, baseando-se numa teoria sólida de pedagogia social; o objetivo é empurrá-lo no caminho desta criação” (Pistrak, 2000, p. 25).

Para estimular essa autonomia, tornam-se necessárias estratégias didáticas capazes de promover a auto-organização dos/as profissionais que irão atuar na EPT frente aos problemas da realidade, desenvolvendo a sua criatividade e as suas capacidades de trabalhar organizadamente as suas tarefas, seja na docência, na gestão ou no apoio e acompanhamento pedagógico.

Por isso, definiu-se o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com o formato de **Relatório de Formação** a ser construído ao longo do curso, individualmente, resultante de um **Plano de Formação** proposto pelo/a discente, em diálogo com o/a seu/sua orientador/a, que articule o seu percurso formativo a uma situação real e socialmente relevante da EPT.

O TCC, depois de finalizado, será examinado por dois avaliadores, que deverão atribuir uma nota ou conceito, conforme o previsto na Resolução nº 28/REIT - CONSUP/IFRO, DE 11 de outubro de 2022, que dispõe sobre o Regulamento dos Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCCs) de Pós-graduação *Lato Sensu* do IFRO.

O momento de socialização dos resultados será mediado por por professores formadores (orientador/a/tutor/a), que poderá ser apresentado presencialmente/virtualmente, quando ofertado no *Campus* Porto Velho Zona Norte, ou a distância, nos polos credenciados do IFRO, caso sua oferta seja estendida a outras localidades.

Após a avaliação dos trabalhos, serão atribuídas as notas de zero a 100 pontos. No caso de Aprovação com ressalvas, será concedido ao acadêmico um prazo máximo de 30 dias corridos a partir da data da apreciação do TCC.

Estarão aprovados/as na apreciação do TCC os/as estudantes que obtiverem uma média final na apresentação igual ou superior a 60 pontos, conforme determina a Resolução nº 28/REIT - CONSUP/IFRO, DE 11 de outubro de 2022. A socialização do TCC deve ser realizada dentro do prazo a integralização do curso.

Após a socialização do TCC, o/a acadêmico/a terá 30 dias para realizar o depósito no Repositório Institucional do IFRO da versão final do TCC, para disponibilização no sistema institucional.

O documento final do TCC deverá ser escrito em língua portuguesa padrão, com as normas técnicas (NBRs) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em conformidade com a Resolução nº 28/REIT - CONSUP/IFRO, de 11 de outubro de 2022.

Para a realização de projetos de TCC que envolvam pesquisa com seres humanos, é necessária a apreciação preliminar do estudo pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFRO, conforme determina o Art. 18 da Resolução nº 28/REIT – CONSUP/IFRO, de 11 de outubro de 2022, para que a pesquisa seja executada.

8.1 Sobre o plano de formação e o relatório de formação

Um plano reflete uma atitude prévia de planejamento para onde se quer ir e nele se define uma direção que se quer tomar. Nesse caso, pretende-se que o/a discente deste curso, ainda durante o período de execução do núcleo comum e com o apoio de um/a professor/a orientador/a, defina um fio condutor para a sua formação. Nesse sentido, na primeira etapa do ato de planejar, à qual foram atribuídas **15h** de trabalho acadêmico, caberá ao/à discente identificar qual é esse elemento central para a sua formação sobre o qual deseja aprofundar ou fazer descobertas e, com o auxílio do/a seu/sua orientador/a, traçar um programa com objetivos e estratégias.

O desenvolvimento de um Plano de Formação, além de promover a capacidade reflexiva e a auto-organização profissional do/a discente, possibilita o enfrentamento teórico-prático de questões que requerem melhor compreensão, considerando a temática de seu curso de especialização, neste caso, a docência na EPT.

Por meio do Plano de Formação, propõe-se que os/as estudantes articulem, de forma congruente, as diferentes unidades temáticas cursadas em torno de uma situação real e que exercitem a atitude de estudar as relações existentes entre os vários aspectos que condicionam o problema levantado, cultivando, assim, o exercício da interpretação dialética da realidade.

Esse Plano de Formação visa a integrar os saberes teóricos e práticos, articulados em torno de um objetivo individual-coletivo de formação. O Plano de Formação pode ser definido como um roteiro, um eixo norteador, cujo objetivo é articular os conteúdos das atividades executadas no processo de formação com intervenções na prática profissional. Ele serve como um guia, sendo flexível e

adaptável, permitindo ajustes conforme as necessidades dos/as estudantes e as demandas do contexto educacional específico.

Esse Plano deve permitir aos/às discentes fazer indagações sobre a sua prática assim como a avaliação desta a partir do estabelecimento da interlocução com as teorias discutidas no processo de formação e/ou indicadas pelo/a orientador/a. Assim, espera-se que os/as discentes exercitem as suas capacidades de problematização, análise, síntese e proposição.

O Plano de Formação deverá ser desenvolvido levando em conta a necessidade de proporcionar uma formação que articule o conhecimento acadêmico com a experiência prática, preparando os/as discentes para atuarem profissionalmente de forma mais eficaz.

Deve-se evitar, contudo, a percepção do Plano de Formação como ferramenta de instrumentalização dos conteúdos trabalhados na formação, o que limitaria o seu potencial de gerar reflexões relevantes.

Propõe-se como fio condutor deste Plano uma questão que pode ser definida a partir da seguinte indagação: *qual aspecto da realidade da docência na EPT eu pretendo enfrentar durante a minha formação e na minha prática como profissional da Educação Profissional e Tecnológica?*

Indica-se que o critério para a seleção dos temas deva ser a sua relevância social, isto é, que sejam temas socialmente significativos e que favoreçam uma abordagem teórico-prática nessa modalidade educacional.

Recomenda-se, ainda, que a questão orientadora do Plano de Formação esteja vinculada, preferencialmente, às atividades profissionais do/a discente, de modo a permitir ações de reflexão sobre o real vivido como educador/a e, possivelmente, experimentações de possíveis soluções e/ou indicações de possibilidades de enfrentamento daquela realidade.

A questão orientadora do Plano de Formação deve apresentar algumas características assim resumidas: trata-se de uma questão (social e cientificamente relevante) que necessita ser investigada e que possa ser respondida tendo em vista a experiência do/a discente, as condições para a construção da resposta e o tempo disponível.

8.2 Orientações procedimentais

O tempo dedicado à construção do TCC corresponderá a todo o percurso formativo do/a discente, com três momentos especiais e com finalidades específicas:

Primeiro Momento (TCCI – 15h): após a realização das unidades temáticas do núcleo comum do curso, durante o qual se deve problematizar a EPT brasileira, em seus aspectos epistêmicos, políticos, históricos, pedagógicos e didáticos, propõe-se a elaboração do **Plano de Formação**, a partir da **definição de um tema social e cientificamente relevante e de interesse do/a discente**. Esse Plano de Formação será composto pelas seguintes seções:

- a. Identificação do/a discente.
- b. Breve descrição do tema a ser tratado.
- c. Descrição dos diferentes aspectos que podem ser investigados, de maneira a atribuir uma estrutura que oriente as observações e a tradução do conteúdo do tema em um questionamento instigante, socialmente relevante e cientificamente produtivo.
- d. Elaboração de questões problematizadoras que deverão ser respondidas e/ou pesquisadas durante o período em que os/as formandos/as irão permanecer em sua instituição de atuação ou durante o período de realização deste curso. Sugere-se a definição de uma “questão central e orientadora do percurso” e outras questões que permitam responder a diferentes aspectos dessa questão maior. O processo de ensino investigativo que se propõe pela concretização desse trabalho tem um papel essencial, por meio do qual o/a estudante, através da mediação docente, aprofunda sua capacidade de sistematizar aspectos relacionados à vivência da docência e suas habilidades interacionais (Capaz; Gerke; Muskardi, 2022). Por isso, todo o Plano de Formação, inclusive suas questões orientadoras, deve ter a flexibilidade necessária ao exercício de construção e de reconstrução das

hipóteses levantadas, refutadas e/ou confirmadas durante o processo. Para a definição dessa questão, deve-se considerar a sua relevância social, o interesse do/a discente, a disponibilidade do/a orientador/a e as condições materiais/temporais disponíveis.

- e. Definição de objetivos.
- f. Estratégias, hipóteses e possibilidades de atuação a serem confrontadas com as teorias ou com a realidade estudada.

Segundo Momento (TCC II - 15h): após a conclusão das unidades temáticas do núcleo específico do curso, deve-se:

- a. Elaborar um breve inventário dos estudos já realizados sobre o tema, privilegiando os que se articulam diretamente ao problema construído.
- b. Revisar o Plano de Formação considerando o inventário construído e as sistematizações a serem realizadas.

Terceiro Momento (TCC III - 30h): elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (Relatório de Formação). A estrutura deste relatório pode ser a seguinte:

- a. Título.
- b. Resumo.
- c. Sumário.
- d. Introdução.
- e. Desenvolvimento (explicitação da metodologia, das teorias levantadas e dos dados coletados e análise).
- f. Conclusão.
- g. Plano de Ação ou Indicações práticas.
- h. Referências em conformidade com as regras da ABNT vigentes.

Considerando o tempo disponível para a escrita do TCC, sugere-se um relatório contendo de **20 a 30 laudas** de elementos textuais.

Em cada unidade temática, o/a discente deverá aprofundar as questões colocadas no seu Plano de Formação, a partir das discussões e das situações

levantadas ou da observação de situações concretas, e exercitar a escrita. Recomenda-se que os trabalhos avaliativos da aprendizagem em cada unidade temática estejam articulados com a trajetória de produção do relatório de pesquisa. Deve-se considerar que a solução de pequenos problemas favorece a auto-organização discente.

O registro de todo esse percurso será feito em um **Memorial** (disponível na plataforma de formação), o qual será a base do Relatório de Formação, o TCC. Para a sua operacionalização, recomenda-se o uso de um caderno físico ou digital no qual o/a discente irá registrar as discussões, as teorias e as situações tratadas no curso que possam auxiliar no esclarecimento da questão levantada por ele/a. Deverá registrar, também, os experimentos e as atividades realizadas na sua instituição, se assim for o caso.

A ideia fundamental que deve orientar esse processo do Plano de Formação e a construção do Relatório é que o/a próprio/a discente desenvolva a sua capacidade de enfrentar, teórica e praticamente, problemas pedagógicos que a realidade da EPT coloca, levantando hipóteses sobre eles, observando-os, fazendo uso dos conhecimentos já existentes sobre o assunto, experimentando soluções, comunicando e compartilhando os resultados desses enfrentamentos.

9 PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS

Os procedimentos pedagógicos a serem utilizados deverão ser coerentes com os princípios, os objetivos e as finalidades deste Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, ou seja, com a perspectiva do desenvolvimento da consciência teórica das contradições sociais por ele emanadas e de como encará-las por meio de dispositivos práticos de propostas de intervenção educativa.

Em outros termos, tais expedientes deverão servir para incentivar os/as estudantes deste curso a realizarem colaborações concretas de construção de conhecimentos socialmente significativos, aplicáveis a essa modalidade educacional, tornando-a, de forma crítica e profícua, incursa na práxis social.

Com base na pedagogia histórico-crítica de Saviani (2008), a proposta metodológica sinaliza que o desenvolvimento pedagógico dos conteúdos previstos nas unidades temáticas se desenvolva por meio de “tempos curriculares”, conforme orienta Ramos (2017):

[...] **tempos de problematização** (a prática social e produtiva ainda como síntese); **tempos de instrumentalização** (o ensino de conteúdos necessários para compreender o processo problematizado); **tempos de experimentação** (o enfrentamento, pelo estudante, de questões práticas, mediante as quais ele se sente desafiado a valer-se do conhecimento apreendido e, então, a consolidá-los e/ou a identificar insuficiência e limites dos conhecimentos apreendidos); **tempos de orientação** (o acompanhamento, pelos professores, dos enfrentamentos dos estudantes, visando organizar aprendizados e/ou colocar novas questões); **tempos de sistematização** (síntese/revisão de questões, de conteúdos e de relações); e, **tempos de consolidação** (avaliações com finalidades formativas) (Ramos, 2017, p. 43, grifos nossos).

O ponto de chegada do desenvolvimento deste curso tem por alvo, portanto, a realidade concreta existente, mas agora num nível mais avançado de compreensão. O que se espera é que, por terem passado pelas problematizações e apropriações dos instrumentos conceituais e metodológicos de intervenção educativa, os/as estudantes deste curso possam chegar a um patamar superior de compreensão da docência na EPT e sua relação com a prática social.

Como este curso foi concebido para ser oferecido na modalidade EaD, a atuação de professores/as, discentes e equipe de acompanhamento se reveste de características específicas, sobretudo quanto aos cuidados com as interações por meio das mensagens emitidas e recebidas, ao estímulo às problematizações e à participação ativa, à observância da ética emancipatória, ao emprego de materiais pedagógicos coerentes e aos processos avaliativos comprometidos com a aprendizagem.

Fóruns, *chats* e o Memorial, entendidos como espaços dialógicos, foram concebidos para oportunizar as interações entre professores/as, estudantes e equipe de acompanhamento, de forma a garantir a participação de todos/as, a exposição e o esclarecimento de dúvidas, a complementação de aspectos de conteúdo, o incentivo às discussões, as orientações necessárias para o bom andamento do curso e os registros de experiências. Especialmente, o Memorial

deve iniciar a partir da primeira unidade temática do núcleo comum e **ser transversal a todo o curso**, para que, dessa forma, possa se constituir em um espaço de diálogo para a construção do Plano de Formação e do Relatório de Formação.

As unidades temáticas serão desenvolvidas de forma assíncrona, mas a cada início de unidade uma atividade síncrona será desenvolvida visando à introdução do tema e das questões que ela traz, estimulando a problematização e as convergências de interesses do/a docente e dos/as discentes acerca daquele tema.

As unidades temáticas possuem caráter teórico-prático, de forma a contemplar questões da atividade do/a educador/a da EPT.

9.1 Orientações práticas aos docentes

A cada unidade temática, o/a docente a apresenta e, no seu final, propõe uma síntese como fechamento, buscando explorar possibilidades de questões teóricas e práticas para serem aprofundadas pelos/as discentes, considerando os seus Planos de Formação.

Sugere-se ampla utilização das indicações de bibliografia básica e complementar, a ser aprofundada pelos/as discentes em função de seus interesses. Preferencialmente, todas deverão ser disponibilizadas na biblioteca virtual.

Deve-se manter a atenção à diversidade e à heterogeneidade dos/as discentes, o que requer a seleção de materiais orientados à inclusão educacional, como uma das formas de se garantir a participação de todos/as os/as discentes independentemente de suas características físicas, étnicas e culturais.

Considerando essa heterogeneidade, em particular no que se refere aos sujeitos de diferentes culturas e saberes, coloca-se como necessária a valorização de procedimentos de ensino e de aprendizagem coletivos, que incentivem a comunicação entre colegas e que favoreçam as trocas e os diálogos de modo a

tomar essas diferenças, que dão identidade aos sujeitos discentes, não só algo a ser valorizado como também uma oportunidade de crescimento compartilhado.

Considerando ainda a finalidade de promoção da autonomia e da capacidade crítica dos/as estudantes, recomenda-se a busca por estratégias problematizadoras da realidade e das teorias e ideias expostas, bem como a valorização da auto-organização discente em meio ao seu processo formativo.

O trabalho coletivo, a problematização e a auto-organização podem ser, portanto, as estratégias básicas do processo de ensino-aprendizagem, cujas características possibilitam promover as capacidades de compreensão da realidade da docência na EPT e inspirar novas práticas pedagógicas, mais dialógicas e efetivas.

9.2 Atendimento aos estudantes e orientação

No início do curso, o/a coordenador/a do curso fará a designação de um/a orientador/a para cada discente, na proporção de cinco alunos/as para cada docente orientador/a.

O/a orientador/a terá a tarefa de acompanhar o/a discente desde o seu ingresso, incentivando-o/a à elaboração do seu Plano de Formação e ao desenvolvimento de suas atividades, com o auxílio da atividade do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) denominada Memorial. Para isso, deverá indicar leituras, propor procedimentos de levantamento de materiais teóricos ou de dados empíricos, orientar quanto aos procedimentos de análise dos elementos levantados e revisar o texto do relatório de formação.

9.3 Acompanhamento dos docentes

A instituição ofertante deverá planejar a formação, a supervisão e a avaliação dos/as docentes, tutores/as e outros/as especialistas que venham a atuar na formação, de modo a assegurar as condições materiais e subjetivas adequadas e a articulação entre os diferentes profissionais envolvidos.

9.4 Materiais didáticos

Serão selecionados, produzidos e disponibilizados aos/às docentes formadores/as, tutores/as e estudantes materiais didáticos em conformidade com as especificidades da Educação Profissional e Tecnológica e de um curso no formato EaD. Esse acervo ficará acessível aos estudantes, e sua indicação e mediação de uso será feita pelos/as professores/as formadores/as e tutores/as, considerando as temáticas trabalhadas e as atividades propostas na oferta do curso.

Como parte dos materiais didáticos, serão elaborados Recursos Educacionais Abertos (REAs) correspondentes às unidades temáticas do curso. Trata-se de materiais hipermediáticos que trazem a síntese do diálogo e do trabalho de múltiplas especialidades envolvidas no seu processo coletivo de produção, fruto de uma relação orgânica entre pensar e fazer orientados às finalidades últimas da política de formação para EPT.

Esses materiais, criados especialmente para essa política de formação para subsidiar a sua implementação, estão sendo concebidos e desenvolvidos por uma equipe de docentes e de pesquisadores/as especialistas em EPT em parceria com a SETEC/MEC e pela Equipe Multidisciplinar do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação e Tecnologia Ético-Crítica (PROSA) e do Laboratório de Novas Tecnologias (LANTEC) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), os quais serão indexados em uma plataforma on-line, para uso de modo assíncrono, em coerência com o presente projeto pedagógico.

O propósito desses materiais didáticos é promover um processo formativo emancipatório, que possibilite a identificação de desafios práticos a serem problematizados, a sistematização de conceitos e de ideias que instrumentalizam releituras crítico-totalizadoras da realidade profissional vivenciada e que inspire a autonomia coletiva para realização de práticas profissionais alinhadas aos princípios da Educação Profissional e Tecnológica.

9.5 Acompanhamento e avaliação da aprendizagem

A avaliação será processual e, para tanto, o/a docente utilizará instrumentos diversificados no decurso do ensino e da aprendizagem. Os instrumentos de avaliação deverão estar em consonância com as finalidades de contribuir com o Plano de Formação do/a discente e da produção do seu Relatório de Formação.

A avaliação contínua da aprendizagem deve ser realizada como mais uma forma de estimular os/as discentes a reconhecerem o que precisam fazer para alcançar os objetivos propostos no seu Plano de Formação. Para os/as professores/as formadores/as e tutores/as, resulta como meio para confirmar se os/as estudantes aprenderam e reajustar o processo de ensino-aprendizagem durante o curso.

Durante cada unidade temática, além do que está proposto no material didático disponibilizado, os/as professores/as formadores/as poderão propor exercícios, pesquisas bibliográficas, fichas de leitura, resenhas críticas, estudos de caso, dentre outros instrumentos que considerem necessários para a consecução dos objetivos de sua unidade temática.

A proposta de avaliação do ensino e da aprendizagem terá, portanto, caráter processual e de compromisso com a perspectiva emancipatória. Assim, os instrumentos a serem utilizados para tal finalidade em cada unidade temática deverão considerar, além do olhar do/a docente, a reflexão do/a próprio/a estudante sobre seu processo de aprendizagem.

As avaliações propostas pelos/as docentes deverão considerar e contribuir com as reflexões do/a estudante contidas no seu Plano de Formação e no Relatório de Formação, considerando, sempre, a relação teoria e prática. Para auxiliar nesse processo, um dos instrumentos de avaliação deverá ser o Memorial, no qual os/as discentes terão registrado seu percurso de estudos.

Coerentemente com o paradigma que orienta a concepção proposta para o curso, alguns dos critérios a serem considerados para a avaliação serão: a relação teoria e prática; a coerência teórica unitária e emancipatória; os avanços na

capacidade de problematizar e de se posicionar com autonomia e crítica frente aos problemas identificados; a compreensão crítica da relação da EPT com o mundo do trabalho; as proposições de caráter democrático, participativo e inclusivo; a visão indissociada de ensino, pesquisa e extensão e as indicações para a implantação de políticas institucionais emancipatórias.

Orientados por tais critérios de avaliação, caberá aos/às docentes acompanhar a participação dos/as estudantes nas atividades propostas, verificando dificuldades e avanços tanto no processo de ensino quanto de aprendizagem, bem como os entraves institucionais postos no processo vivido.

Os/as estudantes deverão registrar suas vivências e observações em seu Memorial, base do seu Relatório de Formação, o TCC. Caberá ao/à professor/a fazer seus registros da avaliação nos instrumentos previstos pelo regimento da instituição ofertante.

Para a avaliação somativa referente a cada unidade temática, devem-se considerar os aspectos de assiduidade e aproveitamento, com prevalência dos aspectos qualitativos frente aos aspectos quantitativos.

As avaliações ocorrerão ao longo de cada componente curricular, quando serão avaliadas as competências que os/as estudantes desenvolveram por meio de atividades no Ambiente Virtual de Aprendizagem e avaliações virtuais.

Conforme prevê o § 1º do art. 56 da Resolução nº 17/CONSUP/IFRO, de 26 de março de 2018, poderão ser utilizados diferentes instrumentos de avaliação para aprimorar o processo ou recuperar estudos, que podem incluir provas escritas e orais, testes, debates, relatórios, dissertações, experiências, práticas, demonstrações, projetos, exercícios, tarefas, participação em fóruns, entre outros.

Os resultados quantitativos serão expressos em notas, numa escala de zero a 100. Estarão aprovados/as os/as estudantes que obtiverem uma média final igual ou superior a 60 pontos, conforme determina a Resolução nº 17/CONSUP/IFRO, de 26 de março de 2018, que dispõe sobre o Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* do IFRO.

10 INFRAESTRUTURA

Para a oferta do curso, é importante a garantia de uma estrutura mínima que possibilite o suporte necessário ao percurso formativo do/a estudante. Por se tratar de um curso ofertado na modalidade a distância em parceria entre a RFEPCT e a CAPES/UAB, tendo o LANTEC-PROSA/UFSC como centro responsável pela produção de materiais didáticos digitais a serem utilizados no curso, a infraestrutura digital e física disponível deve ser a que se descreve a seguir.

10.1 Infraestrutura digital

Sobre a infraestrutura digital, cada instituição gerencia o seu próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), considerando as plataformas utilizadas localmente, tendo em vista que os conteúdos produzidos pelo Lantec-Prosa/UFSC podem ser migrados com facilidade para cada uma delas.

O *Campus* Porto Velho Zona Norte do IFRO fará a customização e o gerenciamento de seu próprio AVA, Moodle <https://cursos.ead.ifro.edu.br/>, e a migração dos materiais didáticos para esse ambiente, disponibilizando-os para os/as estudantes, seguindo orientações do LANTEC-PROSA/UFSC, nos termos definidos pela parceria entre a IES e a SETEC/MEC.

Para o gerenciamento e o acompanhamento do AVA, o *Campus* constituirá uma equipe de suporte técnico e pedagógico que tratará da customização da plataforma e da organização dos materiais digitais no AVA, prestando serviços referentes às questões acadêmicas e tecnológicas, conforme sugerido na seção deste PPC.

10.2 Infraestrutura física

Na oferta do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, cada instituição definirá, em conformidade com as etapas do cronograma estabelecido pelo Edital CAPES nº 25/2023 e com o

número de vagas disponibilizadas pela CAPES/UAB e pela SETEC/MEC, os polos de apoio presencial e a relação de vagas disponibilizadas por polo, sejam eles efetivos ou associados.¹

Os polos de apoio presencial no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB) são estruturas acadêmicas de apoio pedagógico, tecnológico e administrativo, destinados à realização de atividades de ensino e aprendizagem referentes aos cursos e programas de Educação a Distância (EaD), de responsabilidade das Instituições de Ensino Superior (IES). Esses polos UAB são localizados, preferencialmente, em municípios de porte médio, que apresentam um total de habitantes entre 20 e 50 mil, e que não possuam instalações acadêmicas públicas de nível superior.

A definição dos polos de apoio presencial UAB para a oferta do curso se dará no SiCAPES, durante o processo de cadastro das propostas do curso, em conformidade com os termos pré-estabelecidos com a SETEC/MEC, considerando a média de 50 estudantes por polo e com o compromisso de interiorizar a oferta do curso e constituir equipes locais de acordo com a Instrução Normativa nº 2/2017 da CAPES/UAB.

Considerando a oferta deste curso para 200 estudantes, o IFRO *Campus* Porto Velho Zona Norte contará com nove polos UAB contendo a infraestrutura tecnológica necessária em termos de computadores, conexão à *internet* em banda larga e outras ferramentas, como *data-show* e equipamentos para

¹ Os polos UAB podem ser tipificados como efetivos ou associados. Considera-se polo efetivo quando a entidade mantenedora, responsável pela infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos, for um governo estadual ou municipal. Considera-se polo associado quando a entidade mantenedora for uma IES integrante do sistema UAB. O Polo UAB associado geralmente se localiza em um *campus* de uma IES. Para implantar ou manter um Polo UAB, a instituição interessada deverá dispor de espaços com mobiliário correspondente às suas finalidades, além de condições adequadas de conforto ambiental, iluminação, acústica e ventilação. Ressalta-se que os espaços disponíveis no Polo UAB devem garantir o pleno desenvolvimento das atividades previstas, em regime de compartilhamento por todas as IES nele atuantes.

Um Polo UAB deve ter uma infraestrutura tecnológica composta, basicamente, por: computadores em número adequado para atender ao quantitativo de estudantes que se pretende atender no Polo; conexão à *internet* em banda larga (recomenda-se acesso mínimo de 2Mb) para todos os ambientes do Polo; ferramentas pedagógicas tais como *data-show*; lousa, podendo ser digital; equipamentos para conferência *web* ou videoconferência.

videoconferências. O apoio nos polos UAB ocorrerá pela disponibilização do espaço e da infraestrutura para uso dos/das participantes e por meio de realização dos encontros presenciais que a IES venha a planejar.

Além dos polos de apoio presenciais UAB, a oferta do curso contará com outras instalações e equipamentos, incluindo:

13 salas de aula: Equipadas com projetor multimídia, 40 carteiras individuais com acabamento em plástico e braço de apoio em fórmica, um quadro de vidro, ar-condicionado split, cortinas tipo persianas, uma mesa individual, uma cadeira estofada e um televisor. Esses espaços atendem às necessidades institucionais e do curso, e oferecem manutenção periódica, conforto, disponibilidade de recursos tecnológicos adequados às atividades, flexibilidade nas configurações espaciais e proporcionando diversas situações de ensino e aprendizagem.

01 bloco físico dedicado a atividades em EaD: composto por dois estúdios de gravação e produção de vídeos e sala de apoio técnico;

01 sala de coordenação de tutoria: composta por estações de trabalho com equipamentos de informática e acesso à *internet* e demais materiais de apoio necessário ao exercício das atividades;

01 sala de professores: com estações de trabalho individuais, espaço para atendimento aos alunos, armários para guarda de materiais e espaço de convivência;

01 biblioteca: com acervo físico e virtual de títulos relacionados ao Curso;

05 laboratórios de informática: com computadores e softwares atualizados;

Além dessas infraestruturas essenciais para o funcionamento, o *Campus* dispõe de diversos espaços técnicos e administrativos que compõem sua estrutura. Entre eles estão salas de professores, laboratórios específicos, setores administrativos, bibliotecas e áreas de convivência. O *Campus* também oferece um estacionamento descoberto para veículos de funcionários e visitantes, com controle de acesso realizado por uma guarita.

Para garantir condições de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e promover a inclusão social e educacional, foram implementadas diversas medidas em conformidade com as legislações vigentes:

O *campus* conta com corrimãos em todas as escadas, sanitários adaptados em todos os blocos, conforme a norma NBR 9050/ABNT, antiderrapantes em escadas e rampas, piso podotátil direcional e placas de identificação em Braille, rampas e corredores largos para facilitar a locomoção, elevador permitindo o acesso ao pavimento superior, profissionais na guarita e no hall de entrada para auxílio quando necessário e estacionamento reservado próximo às edificações para portadores de necessidades específicas.

Além das adaptações estruturais possui a equipe profissional do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), e a Coordenação de Assistência ao Estudante que estão disponíveis para proporcionar suporte necessário e promover a inclusão efetiva no ambiente educacional.

É importante destacar que o *Campus* está em processo de expansão de sua infraestrutura, que visa garantir ambientes e recursos adicionais necessários para a realização de novos cursos, assegurando a qualidade do ensino e atendendo às demandas crescentes.

11 AVALIAÇÃO DO CURSO

O acompanhamento do desenvolvimento do curso deve ser contínuo e permanente, pois se trata de uma importante prática de gestão, necessária ao incentivo da participação de todos os envolvidos e ao aperfeiçoamento das suas atividades ao indicar as diferenças entre os resultados encontrados e os esperados.

Ela poderá oferecer dados para analisar a consistência do currículo com os objetivos declarados do curso, o perfil dos/as discentes, a fundamentação teórico-metodológica, a adequação, atualização e relevância das unidades temáticas e da bibliografia indicada.

A avaliação do curso será realizada conforme proposta de autoavaliação do IFRO, e poderá ter como uma das bases o relatório de avaliação interna a ser produzido pela Coordenação do Curso e apreciado pelo Colegiado.

12 EQUIPE RESPONSÁVEL

A equipe encarregada da implementação do curso deverá ser formada por profissionais cujas funções e seleção deverão obedecer às diretrizes estabelecidas pela CAPES, contidas na Portaria nº 183, de 21 de outubro de 2016, na Instrução Normativa nº 2, de 19 de abril de 2017, e na Portaria nº 102, de 10 de maio de 2019, e demais normativas vigentes. Além dessas, as funções e seleção dos profissionais deverão seguir as normativas internas do IFRO *Campus* Porto Velho Zona Norte, a saber:

- Resolução nº 17/CONSUP/IFRO, de 26 de março de 2018: dispõe sobre a aprovação do Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, IFRO;
- RESOLUÇÃO Nº 28/REIT – CONSUP/IFRO, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022– Dispõe sobre a aprovação da reformulação do Regulamento dos Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCCs) de Pós-graduação *Lato Sensu* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.
- Resolução nº 75/CONSUP/IFRO/2016: dispõe sobre o Regulamento do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia;
- Resolução nº 58/CONSUP/IFRO/2016: dispõe sobre o Regimento Interno do *Campus* Porto Velho Zona Norte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO.
- Resolução nº 36/CONSUP/IFRO, de 17 de junho de 2020: Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Elaboração e Reformulação de Projetos Pedagógicos de Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO.

12.1 Coordenação de Curso

As atividades do Coordenador de Curso envolvem funções pedagógicas, administrativas e políticas. É ele o responsável por supervisionar as atividades específicas para o funcionamento do curso, além de viabilizar outras questões relacionadas à sua oferta, como a articulação com órgãos reguladores, a proposição de iniciativas que promovam a qualidade educacional e a produção do Trabalho de Conclusão de Curso, aqui denominado Relatório de Formação.

12.2 Coordenação de Registro Acadêmico

A atividade da Coordenação de Registro Acadêmico está relacionada ao atendimento à comunidade escolar; à realização de matrículas e à solicitação de diplomas; à organização de documentos da gestão escolar; ao auxílio à equipe do curso na gestão educacional e pedagógica e ao apoio à gestão financeira.

12.3 Corpo docente

O corpo docente deste curso na modalidade EaD conta com professores/as formadores/as e professores/as orientadores/as que atuam junto aos/as tutores/as a distância e presenciais, apoiados/as por uma equipe multidisciplinar e de suporte tecnológico e logístico.

- O/A **professor/a formador/a** é o/a responsável pelo desenvolvimento da unidade temática junto com os/as tutores/as. No momento anterior ao desenvolvimento da unidade temática, é responsável pela composição/estruturação da sala de aula no ambiente virtual de aprendizagem e, no fluxo da unidade temática, deve manter reuniões constantes de orientação pedagógica com os/as tutores/as para discussão de estratégias de ensino. Deve elaborar instrumentos de avaliação (se previstos para a unidade temática) e, se necessário, propor materiais didáticos complementares, a fim de propiciar a consecução dos objetivos propostos na ementa da unidade temática e no PPC do curso.

- O/A **professor/a orientador/a** é responsável pelo acompanhamento da produção do trabalho de final de curso desde a elaboração do Plano de Formação até a defesa do Relatório de Formação.

Para os cursos *lato sensu*, conforme o Conselho Nacional de Educação, Art. 9º da Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018,

O corpo docente do curso de especialização será constituído por, no mínimo, 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, cujos títulos tenham sido obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público, ou revalidados, nos termos da legislação pertinente (Brasil, 2018, n.p. grifo nosso).

Os tutores e tutoras a distância e presenciais, as equipes multidisciplinar e de apoio tecnológico e de logística são também parte fundamental deste curso na modalidade a distância.

- O/a **tutor/a distância** deve ter, no mínimo, nível superior, na área de oferta do curso, uma vez que é o responsável pela mediação pedagógica junto aos/às estudantes, para dirimir dúvidas conceituais e auxiliar o/a professor/a formador/a na correção de atividades avaliativas.
- O/a **tutor/a presencial** não necessita ser graduado na área do curso em que atua, uma vez que suas funções são de apoio técnico e motivacional aos estudantes.

O presente curso necessita da realização de um edital de seleção da equipe de corpo docente, seguindo a Portaria CAPES nº 102/2019. O processo será realizado por meio de edital público externo posterior.

As equipes multidisciplinares e de apoio tecnológico e de logística prestam assistência pedagógica e técnica aos/às docentes formadores/as e aos/às tutores/as no desenvolvimento do curso. Ademais, apoiam os/as discentes nos aspectos pedagógicos e no suporte ao uso de tecnologias e de recursos educacionais para a educação a distância.

- **Equipe multidisciplinar:** composta por diferentes profissionais, com a função de planejamento e de execução dos processos pedagógicos.
- **Equipe de apoio tecnológico e de logística:** composta por diferentes profissionais, com a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica.

O *Campus* IFRO Zona Norte dispõe de equipes multidisciplinares e de apoio tecnológico e logístico para o oferecimento de cursos na instituição. O acadêmico/a conta com o atendimento da Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA) que registra, acompanha, informa e realiza o controle de notas, frequência e outros dados relativos à vida escolar do aluno. Incluem-se nas suas atividades os trâmites para expedição de diplomas e certificados.

No âmbito da Assistência Estudantil, há um acompanhamento contínuo por parte da equipe multidisciplinar da Coordenação de Assistência ao Educando (CAED) do *Campus*. A CAED é o setor responsável pela elaboração, coordenação e execução de planos, programas e projetos de assistência estudantil, assessoramento pedagógico e promoção social, visando o desenvolvimento físico, psíquico e social dos discentes do *campus*, por meio de ações que favoreçam à permanência e êxito no processo de formação. Atualmente, a Coordenação de Assistência ao Educando/a é formada por Assistentes Administrativos, Assistente Social, Pedagoga e Enfermeira, que oferecem suporte ao processo educacional, acesso, permanência e êxito dos/as alunos/as.

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) é um setor que assessora o atendimento educacional de estudantes que apresentam necessidades educacionais específicas, deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou com altas habilidades ou superdotação. O NAPNE tem por objetivo a promoção de ações educacionais, a partir do respeito às diferenças e à igualdade de oportunidades, que visem à superação das barreiras atitudinais, arquitetônicas, comunicacionais e de informação, tecnológicas, sistêmicas e educacionais. O Núcleo tem por finalidade colaborar com os processos de acesso, procedimentos para a permanência e

possibilidade de saída com sucesso em cursos de educação profissional e tecnológica dos/as estudantes com necessidades educacionais específicas.

O Departamento de Produção de Educação a Distância do *Campus*, em colaboração com as diretorias e demais departamentos, é responsável pela implementação dos ambientes de aprendizagem em EaD e pela gestão da produção de diversas mídias educacionais.

O *campus* conta com suporte de setores especializados em apoio pedagógico e técnico-administrativo para atender às demandas específicas relacionadas à produção de material pedagógico, garantindo sua disponibilização aos estudantes nos ambientes de aprendizagem.

12.4 Formação de formadores e equipes locais

Todos os/as profissionais descritos acima serão selecionados por edital público, com critérios que atendam ao nível de exigência legal para a oferta de uma pós-graduação *lato sensu* e receberão formação específica para atuar nesse curso. Tal preparação deverá contemplar, de forma indispensável e primordial, o conjunto dos elementos integrantes da concepção pedagógica do curso, seus princípios e orientações relativas aos procedimentos didáticos.

Por se tratar de um curso desenvolvido na modalidade a distância, a essa formação de base deverão ser associados os conceitos e as orientações relativos às práticas educativas inerentes aos dispositivos a serem utilizados, especialmente os que se referem à mediação pedagógica, à produção de materiais para a EaD, à gestão de plataforma virtual e aos sistemas de acompanhamento dos discentes.

12.5 Colegiado

O Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica deverá contar com um Colegiado próprio, composto conforme normativa do IFRO, com as funções de ajustar o projeto pedagógico do curso à

realidade local e de planejar, acompanhar e avaliar a sua implementação, colaborando para a integração dos diferentes sujeitos envolvidos, sempre observando as normas internas e a legislação em vigor.

O Colegiado do Curso é um órgão consultivo que delibera sobre assuntos relativos a ensino e aprendizagem no âmbito do curso, nos termos dos regulamentos internos que definem sua atuação. É composto pelos seguintes membros:

- I. Coordenador de curso;
- II. Docentes em exercício no curso;
- III. Discente regular do curso escolhido entre os seus pares para o mandato de um ano.

O Colegiado de Curso será presidido pelo respectivo Coordenador/a do Curso e, na sua ausência ou impedimento, pelo seu substituto legal.

Os membros do Colegiado de Curso reúnem-se:

I. **ordinariamente**, no início do período letivo e, posteriormente, a cada dois meses, mediante convocação por escrito, por seu presidente, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis;

II. **extraordinariamente**, mediante convocação por escrito, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, por seu presidente ou por 2/3 (dois terços) dos seus membros.

As convocações para as reuniões ordinárias e extraordinárias e outras comunicações serão encaminhadas por correspondência eletrônica aos membros, acompanhadas da pauta e dos materiais para apreciação, devendo o membro confirmar o recebimento.

A reunião do Colegiado de Curso deve iniciar com a presença da maioria simples (cinquenta por cento mais um) dos seus membros, estabelecida como quórum regimental. Nas reuniões extraordinárias, somente são discutidos e votados os assuntos que motivaram a convocação, sendo vedadas outras matérias que não aquelas explicitadas na convocação. O colegiado realiza avaliação periódica sobre seu desempenho, para implementação ou ajuste de práticas de gestão, e possui competências de:

- Verificar o cumprimento do conteúdo programático e da carga horária das disciplinas;
- Estabelecer mecanismos adequados de orientação acadêmica aos estudantes; Designar orientadores para os alunos do curso;
- Deliberar sobre a necessidade de atualização/reformulação do projeto pedagógico de curso a partir da legislação vigente e de estudos de pesquisa de demanda realizadas;
- Planejar, executar e avaliar eventos e ações específicas de curso previstas no Calendário Acadêmico e Projeto Pedagógico de Curso;
- Planejar e executar ações do curso de forma interdisciplinar;
- Assessorar a coordenação do curso na organização e condução dos Trabalhos de Conclusão de Curso, e atividades acadêmico-científico-culturais;
- Estudar a possibilidade de oferta de disciplina ou turma especial e encaminhar à Coordenação de Pós-graduação/DEPESP;
- Planejar e implementar ações com vistas à ampliação das possibilidades de permanência e êxito no processo educativo;
- Propor projetos de incentivo à capacitação dos docentes do curso;
- Propor investimentos na infraestrutura do curso, como laboratórios, salas, etc; Propor projetos de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso;
- Deliberar acerca de qualquer atividade relacionada ao atendimento aos discentes;
- Manifestar-se sobre temas de ordem didático-pedagógica que lhe sejam submetidos por quaisquer outras instâncias;
- Analisar em primeira instância os casos omissos em matéria didático-pedagógica no âmbito do curso que representa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 21 dez. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm. Acesso em: 21 dez. 2023.

BRASIL. **Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância**. Define princípios, diretrizes e critérios para as instituições que oferecem cursos na modalidade de educação a distância. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB, de 20 de setembro de 2012**. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEB_N62012.pdf?query=ensino%20m%C3%A9dio. Acesso em: 15 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 15 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016**. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8752.htm. Acesso em: 12 fev. 2024.

BRASIL. **Portaria nº 183, de 21 de outubro de 2016**. Regulamenta as diretrizes para concessão e pagamento de bolsas aos participantes da preparação e execução dos cursos e programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22061253/do1-2016-10-24-portaria-n-183-de-21-de-outubro-de-2016-22061195-22061195. Acesso em: 02 fev. 2024

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9057-25-maio-2017-784941-publicacaooriginal-152832-pe.html>. Acesso em: 01 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em:

http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%209.235-2017?OpenDocument. Acesso em: 01 fev. 2024.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 2, de 19 de abril de 2017**. Estabelece procedimentos de pagamento e parâmetros atinentes à concessão das bolsas UAB regulamentadas pela Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, e pela Portaria CAPES nº 15, de 23 de janeiro de 2017. Disponível em: <http://cad.CAPES.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=3>. Acesso em: 02 fev. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018**. Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85591-rces001-18/file>. Acesso em: 01 fev. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 4, de 11 de dezembro de 2018**. Altera o inciso I do artigo 2º da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=103631-rces004-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em 01 fev. 2024.

BRASIL. **Portaria nº 102, de 10 de maio de 2019**. Regulamenta o Art. 7º da Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, que prevê a realização de processo seletivo com vistas à concessão das bolsas UAB criadas pela Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. Disponível em: <http://cad.CAPES.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=1027>. Acesso em: 02 fev. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 4, de 16 de julho de 2021**. Altera o artigo 11 da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2021-pdf/197911-rces004-21/file>. Acesso em: 01 fev. 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Formação de Profissionais para a Educação Profissional e Tecnológica**: diretrizes gerais. Brasília: SETEC/MEC, 2024.

CAPAZ, Josieli Parteli; GERKE, Janinha; MUSCARDI, Dalana Campos. **Plano de Estudo**: mediação da pedagogia da alternância para o ensino e aprendizagem de bioquímica em uma escola urbana. Ponta Grossa – PR: Atena, 2022. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/plano-de-estudo->

mediação-da-pedagogia-da-alternância-para-o-ensino-e-aprendizagem-de-bioquímica-em-uma-escola-urbana . Acesso em: 09 jan. 2024.

ClAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio; ClAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

PDI/IFRO. **Catálogo de Cursos de pós-graduação** – PDI/IFRO – 2023 a 2027. 2024. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/prodin-1/808-pdi-2023-2027/14632-catalogo-de-cursos>

PISTRAK, Moisey Mikhaylovich. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino Médio Integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 1, n. 1, 2017, p. 27-49. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/issue/view/35>. Acesso em: 02 fev. 2024.